

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO
(SERES/PE)

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL: 2021

CADERNO DE
PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

TARDE

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas** e na sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(à) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição do texto definitivo da prova discursiva.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da **Folha de Respostas** e à transcrição do texto da prova discursiva para a **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**.
- 5 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e a sua **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** e deixe o local de provas.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada, exceto a folha que contém os documentos **Folha de Respostas** e **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na **Folha de Respostas** ou na **Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 61 3448-0100 | www.cebraspe.org.br | sac@cebraspe.org.br



O CEBRASPE TRABALHA PARA OFERECER O MELHOR!

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Uma das coisas mais difíceis, tanto para uma pessoa quanto para um país, é manter sempre presentes diante dos olhos os três elementos do tempo: passado, presente e futuro. Ter em mente esses três elementos é atribuir uma grande importância à espera, à esperança, ao futuro; é saber que nossos atos de ontem podem ter consequências em dez anos e que, por isso, pode ser necessário justificá-los; daí a necessidade da memória, para realizar essa união de passado, presente e futuro.

Contudo, a memória não deve ser predominante na pessoa. A memória é, com frequência, a mãe da tradição. Ora, se é bom ter uma tradição, também é bom superar essa tradição para inventar um novo modo de vida. Quem considera que o presente não tem valor e que somente o passado deve nos interessar é, em certo sentido, uma pessoa a quem faltam duas dimensões e com a qual não se pode contar. Quem acha que é preciso viver o agora com todo o ímpeto e que não devemos nos preocupar com o amanhã nem com o ontem pode ser perigoso, pois crê que cada minuto é separado dos minutos vindouros ou dos que o precederam e que não existe nada além dele mesmo no planeta. Quem se desvia do passado e do presente, quem sonha com um futuro longínquo, desejável e desejado, também se vê privado do terreno contrário cotidiano sobre o qual é preciso agir para realizar o futuro desejado. Como se pode ver, uma pessoa deve sempre ter em conta o presente, o passado e o futuro.

Frantz Fanon. **Alienação e liberdade**.
São Paulo: Ubu, 2020, p. 264-265 (com adaptações).

Questão 1

Assinale a opção em que a palavra destacada do segundo parágrafo do texto CG1A1-I está empregada como advérbio que expressa circunstância de tempo.

- Ⓐ “presente” (quarto período).
- Ⓑ “Ora” (terceiro período).
- Ⓒ “agora” (quinto período).
- Ⓓ “sempre” (último período).
- Ⓔ “amanhã” (quinto período).

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. No texto, a palavra “presente”, em “o presente não tem valor”, está empregada como substantivo, o que se confirma pela anteposição do artigo definido “o” à palavra.

B - ERRADO. No texto, a palavra “Ora” está empregada como conjunção, dando sequência às ideias dos períodos iniciais do segundo parágrafo.

C - ERRADO. No texto, a palavra “agora”, em “é preciso viver o agora”, está empregada como substantivo, o que se confirma pela anteposição do artigo definido “o” à palavra.

D - CERTO. O vocábulo “sempre” é classificado pelos dicionários como advérbio de tempo e, no texto, está empregado como tal.

E - ERRADO. No texto, a palavra “amanhã”, em “não devemos nos preocupar com o amanhã”, está empregada como substantivo, o que se confirma pela anteposição do artigo definido “o” à palavra.

Questão 2

De acordo com os sentidos do texto CG1A1-I, pessoas que

- Ⓐ desvalorizam o passado são incultas.
- Ⓑ valorizam apenas o passado são inconsequentes.
- Ⓒ valorizam apenas o futuro são inovadoras.
- Ⓓ desvalorizam o presente são desprezíveis.
- Ⓔ valorizam apenas o presente são egoístas.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. O texto permite identificar uma característica comum tanto a quem só se interessa pelo passado quanto a quem só se interessa pelo futuro (dois tipos de pessoa com quem não se pode contar), mas não indica uma falta de cultura entre as pessoas que desvalorizam o passado.

B - ERRADO. Ao caracterizar “Quem considera que o presente não tem valor e que somente o passado deve nos interessar”, o texto não descreve pessoas desse tipo como conservadoras, mas como pessoas com quem não se pode contar.

C - ERRADO. De acordo com o texto, as pessoas que se interessam apenas pelo futuro desconsideram o presente a partir do qual se constrói o futuro e poderiam, portanto, ser caracterizadas como sonhadoras, ao passo que pessoas inovadoras são aquelas que introduzem novidades, que fazem algo de um modo novo e, portanto, que agem pensando no futuro sem desconsiderar o presente.

D - ERRADO. O texto caracteriza quem se interessa apenas pelo presente como “perigoso”; alguém desprezível é alguém que não merece atenção.

E - CERTO. De acordo com o texto, “Quem acha que é preciso viver o agora com todo o ímpeto e que não devemos nos preocupar com o amanhã nem com o ontem pode ser perigoso, pois crê que cada minuto é separado dos minutos vindouros ou dos que o precederam e que não existe nada além dele mesmo no planeta.”

Questão 3

No texto CG1A1-I, existe relação de concordância do termo

- Ⓐ “presentes” com “coisas mais difíceis”, no primeiro período do primeiro parágrafo.
- Ⓑ “necessário” com “isso”, no segundo período do primeiro parágrafo.
- Ⓒ “predominante” com “memória”, no primeiro período do segundo parágrafo.
- Ⓓ “perigoso” com “ontem”, no quinto período do segundo parágrafo.
- Ⓔ “preciso” com “o qual”, no sexto período do segundo parágrafo.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. No período em questão, “presentes” concorda com “os três elementos do tempo”, sintagma que aquele termo qualifica.

B - ERRADO. No período em questão, “necessário” funciona como predicativo do sujeito, que, no caso, é a oração “justificá-los”, então, para a concordância do predicativo com o sujeito oracional, o termo com função de predicativo mantém-se no singular.

C - CERTO. No período em questão, “predominante” exerce a função de predicativo do sujeito “memória”, com o qual concorda.

D - ERRADO. No período em questão, “perigoso” concorda com o pronome “Quem”, que inicia o período.

E - ERRADO. No período em questão, “preciso” funciona como predicativo do sujeito, que, no caso, é a oração “agir”, então, para a concordância do predicativo com o sujeito oracional, o termo com função de predicativo mantém-se no singular.

Questão 4

Assinale a opção em que a proposta de reescrita do último período do texto CG1A1-I é gramaticalmente correta e coerente.

- Ⓐ A despeito disso, uma pessoa deve sempre tomar consciência do presente, do passado e do futuro.
- Ⓑ Pode-se concluir, portanto, que uma pessoa deve sempre atentar para o presente, o passado e o futuro.
- Ⓒ Por essa razão que uma pessoa deva sempre ponderar o presente, o passado e o futuro.
- Ⓓ Contudo isso, percebe-se que uma pessoa deve sempre preocupar-se com o presente, o passado e o futuro.
- Ⓔ Conforme se requer, toda pessoa têm de refletir sobre o presente, o passado e o futuro.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. A relação de sentido existente entre o último período e os anteriores é de complementaridade, e não de oposição, por isso não cabe o emprego da expressão “A despeito disso” no início do período.

B - CERTO. A expressão conformativa “Como se pode ver” pode ser coerentemente substituída por uma que expresse conclusão e expressão “ter em conta” é, segundo os dicionários da língua, sinônima de “atentar para”.

C - ERRADO. A proposta de reescrita é gramaticalmente incorreta e incoerente: não cabe o emprego do vocábulo “que” após a expressão “Por essa razão” e não há justificativa para o emprego do modo subjuntivo.

D - ERRADO. A proposta de reescrita é gramaticalmente incorreta e incoerente: a relação de sentido existente entre o último período e os anteriores é de complementaridade, e não de oposição, por isso não cabe o emprego da conjunção adversativa “contudo” no início do período, muito menos seguida do pronome isso.

E - ERRADO. A proposta de reescrita é gramaticalmente incorreta e inadequada: os argumentos utilizados nos períodos anteriores não constituem “requisitos”, por isso não parece adequado o emprego da forma verbal “requer” como expressão de transição entre os períodos, além disso, o verbo “ter” deve estar flexionado na terceira pessoa do singular porque concorda com “pessoa”, por isso deve ser grafado sem acento.

Questão 5

No segundo parágrafo do texto CG1A1-I, o quarto, o quinto e o sexto períodos descrevem

- Ⓐ três tipos distintos de personalidade, respectivamente.
- Ⓑ a pessoa que leva em conta, simultaneamente, os três elementos do tempo.
- Ⓒ as características indispensáveis a quem deseje inventar um novo modo de vida.
- Ⓓ os atributos essenciais de quem preserva a memória e a tradição.
- Ⓔ uma mesma pessoa, cujo anonimato é marcado pelo emprego do pronome “Quem”.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. O quarto período descreve quem se importa apenas com o passado; o quinto período, quem se importa apenas com o presente; e o sexto, quem se importa apenas com o futuro. Portanto, esses períodos descrevem, sucessivamente, três personalidades distintas.

B - ERRADO. Nos períodos é explicitado que quem se importa com uma dimensão do tempo despreza as demais. Logo, não se trata de uma pessoa que leva em conta os três elementos do tempo, identificados no texto como presente, passado e futuro.

C - ERRADO. Nos períodos, as características comentadas pelo autor não são apresentadas como indispensáveis a quem deseje inventar um novo modo de vida. Ao contrário, o quarto parágrafo indica um perfil que não supera o passado e, assim, não inventa um novo modo de vida.

D - ERRADO. O quinto e o sexto períodos descrevem as personalidades que dão importância apenas ao presente e ao futuro, respectivamente, sendo, portanto, aquelas que desprezam o passado (ou a memória e a tradição).

E - ERRADO. Os períodos descrevem três personalidades distintas, e não uma mesma pessoa.

Questão 6

Os sentidos e a correção gramatical do texto CG1A1-I seriam preservados caso se deslocasse

- Ⓐ a expressão “em dez anos” para imediatamente depois de “saber”, no segundo período do primeiro parágrafo.
- Ⓑ a expressão “no planeta” para imediatamente antes de “não existe”, no final do quinto período do segundo parágrafo.
- Ⓒ o vocábulo “não” para imediatamente depois de “Quem”, no início do quarto período do segundo parágrafo.
- Ⓓ a expressão “com todo o ímpeto” para imediatamente depois de “acha”, no quinto período do segundo parágrafo.
- Ⓔ o vocábulo “mesmo” para imediatamente antes de “nada”, no final do quinto período do segundo parágrafo.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. No texto, o adjunto adverbial “em dez anos” está no escopo do predicado “podem ter consequências”; na reescrita, seria alçado ao escopo da oração “saber”, alterando-se o sentido original do texto.

B - CERTO. Mesmo com o deslocamento, o adjunto adverbial “no planeta” permaneceria no escopo do predicado introduzido pela oração “existe”. Por ser um adjunto de pequena extensão, não seria obrigatório isolá-lo entre vírgulas, ainda que estivesse interveniente entre sujeito e predicado.

C - ERRADO. No texto, o adjunto adverbial “não” está no escopo do predicado “tem valor”; na reescrita, seria alçado ao escopo do predicado introduzido pela forma verbal “considera”, alterando-se o sentido original do texto.

D - ERRADO. No texto, o adjunto adverbial “com todo o ímpeto” está no escopo do sujeito oracional “viver o agora”; na reescrita, seria alçado ao escopo da oração principal do período, alterando-se o sentido original do texto.

E - ERRADO. No texto, o vocábulo “mesmo” está empregado como adjetivo, qualificando o termo “dele”; na reescrita, passaria a se comportar como um advérbio, modificando o sentido do substantivo “nada”. Sendo assim, o sentido original do texto seria alterado.

Questão 7

Mantendo-se a correção gramatical e os sentidos do texto CG1A1-I, a expressão “com a qual”, no final do quarto período do segundo parágrafo, poderia ser substituída por

- A** junto da qual.
- B** para com quem.
- C** pela qual.
- D** junto a quem.
- E** com quem.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Na acepção em que está empregado no texto, o verbo “contar” requer complemento necessariamente introduzido pela preposição “com”. A substituição proposta alteraria o sentido do texto e prejudicaria a correção gramatical.

B - ERRADO. Na acepção em que está empregado no texto, o verbo “contar” requer complemento necessariamente introduzido pela preposição “com”. A substituição proposta prejudicaria a correção gramatical do texto.

C - ERRADO. Na acepção em que está empregado no texto, o verbo “contar” requer complemento necessariamente introduzido pela preposição “com”. A substituição proposta alteraria o sentido do texto e prejudicaria a correção gramatical do texto.

D - ERRADO. Na acepção em que está empregado no texto, o verbo “contar” requer complemento necessariamente introduzido pela preposição “com”. A substituição proposta alteraria o sentido do texto e prejudicaria a correção gramatical do texto.

E - CERTO. Na acepção em que está empregado no texto, o verbo “contar” requer complemento necessariamente introduzido pela preposição “com”. A substituição do pronome relativo “a qual” pelo relativo “quem” não comprometeria a correção do texto, dado que esse mesmo relativo aparece anteriormente na oração adjetiva “a quem faltam duas dimensões”, à qual está coordenada a oração “com a qual não se pode contar”.

Questão 8

Com base nas ideias do texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- I Segundo o autor do texto, a memória é necessária por preservar a tradição.
- II Infere-se da leitura do texto que, na perspectiva do autor, atentar para as três dimensões do tempo é uma questão de compromisso ético.
- III De acordo com o texto, a articulação das três dimensões do tempo envolve uma preocupação com um futuro melhor, em âmbito individual e coletivo.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. O item I está errado, pois, embora o texto afirme que “a memória, com frequência, é mãe da tradição”, o primeiro parágrafo do texto evidencia que a necessidade da memória decorre do compromisso de assumir, no futuro, as consequências de atos passados, permitindo-se “a união de passado, presente e futuro”.

B - ERRADO. Além do item II, o item III também está correto, pois a afirmação no primeiro parágrafo (“Ter em mente esses três elementos é atribuir uma grande importância à espera, à esperança, ao futuro”), dado o emprego da sequência “espera”, “esperança” e “futuro”, evidencia que o autor se preocupa com um futuro melhor do que o presente, e a expressão “tanto para uma pessoa quanto para um país”, no primeiro período do texto, situa tal preocupação simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo.

C - ERRADO. O item I está errado, pois, embora o texto afirme que “a memória, com frequência, é mãe da tradição”, o primeiro parágrafo do texto evidencia que a necessidade da memória decorre do compromisso de assumir, no futuro, as consequências de atos passados, permitindo-se “a união de passado, presente e futuro”.

D - CERTO. O item I está errado, pois, embora o texto afirme que “a memória, com frequência, é mãe da tradição”, o primeiro parágrafo do texto evidencia que a necessidade da memória decorre do compromisso de assumir, no futuro, as consequências de atos passados, permitindo-se “a união de passado, presente e futuro”. O item II está certo, pois, no texto, a referida união das dimensões temporais é o que possibilita a preocupação em justificar atos passados no futuro, o que implica o compromisso ético de assumir no futuro a responsabilidade por tais atos. O item III também está correto, pois a afirmação no primeiro parágrafo (“Ter em mente esses três elementos é atribuir uma grande importância à espera, à esperança, ao futuro”), dado o emprego da sequência “espera”, “esperança” e “futuro”, evidencia que o autor se preocupa com um futuro melhor do que o presente, e a expressão “tanto para uma pessoa quanto para um país”, no primeiro período do texto, situa tal preocupação simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo.

E - ERRADO. O item I está errado, pois, embora o texto afirme que “a memória, com frequência, é mãe da tradição”, o primeiro parágrafo do texto evidencia que a necessidade da memória decorre do compromisso de assumir, no futuro, as consequências de atos passados, permitindo-se “a união de passado, presente e futuro”.

Questão 9

O Código de Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual de Pernambuco, em regra e em cada ano civil, veda o recebimento de brindes cujo valor comercial ultrapasse

- A** 50 reais.
- B** 80 reais.
- C** 100 reais.
- D** 150 reais.
- E** 180 reais.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Conforme estabelecido no inc. II do §1º do art. 11 do Decreto n.º 46.852/2018, o valor máximo para recebimento de brindes é de 100,00.

B - ERRADO. Conforme estabelecido no inc. II do §1º do art. 11 do Decreto n.º 46.852/2018, o valor máximo para recebimento de brindes é de 100,00.

C - CERTO. Conforme estabelecido no inc. II do §1º do art. 11 do Decreto n.º 46.852/2018, o valor máximo para recebimento de brindes que “distribuídos por entidades de qualquer natureza a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual ou por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, não ultrapassem o valor de 100,00 (cem reais) em cada ano civil”.

D - ERRADO. Conforme estabelecido no inc. II do §1º do art. 11 do Decreto n.º 46.852/2018, o valor máximo para recebimento de brindes é de 100,00.

E - ERRADO. Conforme estabelecido no inc. II do §1º do art. 11 do Decreto n.º 46.852/2018, o valor máximo para recebimento de brindes é de 100,00.

Questão 10

De acordo com o Decreto n.º 46.852/2018, são penalidades por violação dos deveres éticos

- I advertência;
- II censura;
- III suspensão;
- IV demissão.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E II, III e IV.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. conforme dispõem os incisos do art. 12 do Decreto n.º 46.852/2018, são penalidades por violação dos deveres éticos a advertência e a censura.

B - ERRADO, conforme art. 12 do Decreto n.º 46.852/2018.

C - ERRADO, conforme art. 12 do Decreto n.º 46.852/2018.

D - ERRADO, conforme art. 12 do Decreto n.º 46.852/2018.

E - ERRADO, conforme art. 12 do Decreto n.º 46.852/2018.

Questão 11

De acordo com o Código de Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual de Pernambuco (Decreto n.º 46.852/2018), são considerados recursos públicos

- I bens móveis de que o estado detenha posse provisória;
- II suprimentos de escritório;
- III jornada de trabalho, compreendida como o horário de expediente do agente público;
- IV direito intangível adquirido com recursos financeiros oficiais.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e III estão certos.
- B Apenas os itens II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, II e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Todos os itens estão certos, conforme art. 7.º do Decreto n.º 46.852/2018.

B - ERRADO. Todos os itens estão certos, conforme art. 7.º do Decreto n.º 46.852/2018.

C - ERRADO. Todos os itens estão certos, conforme art. 7.º do Decreto n.º 46.852/2018.

D - ERRADO. Todos os itens estão certos, conforme art. 7.º do Decreto n.º 46.852/2018.

E - CERTO. Conforme se denota do art. 7.º do Decreto n.º 46.852/2018, os itens de I a IV em questão são considerados recursos públicos.

Questão 12

Em determinado estabelecimento prisional do Sistema Penitenciário do Estado de Pernambuco, três presos — Eduardo, Vítor e Ricardo —, sem terem cometido qualquer falta disciplinar anteriormente e sem ter havido qualquer circunstância agravante, cometeram as seguintes condutas: Eduardo descumpriu normas para visitação social; Vítor deixou de acatar decisões superiores; e Ricardo provocou acidente de trabalho.

Nessa situa o hipotética, a san o disciplinar de isolamento em local adequado   aplicável somente a

- A Eduardo e Vítor.
- B Vítor e Ricardo.
- C Eduardo.
- D Vítor.
- E Ricardo.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Nos termos do Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a san o disciplinar de isolamento em local adequado aplica-se apenas a quem cometa falta grave (cf. alínea “b” do inc. III do art. 137). As faltas cometidas por Eduardo e Vítor são classificadas, respectivamente, como leve (cf. inc. X do art. 130) e m dia (cf. inc. I do art. 131), portanto a referida san o não lhes   aplicável.

B - ERRADO. Nos termos do Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a san o disciplinar de isolamento em local adequado aplica-se apenas a quem cometa falta grave (cf. alínea “b” do inc. III do art. 137). A falta cometida por Ricardo   classificada como grave (cf. inc. IV do art. 133), porém a cometida por Vítor   considerada m dia (cf. inc. I do art. 131), portanto a referida san o não lhe   aplicável.

C - ERRADO. Nos termos do Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a san o disciplinar de isolamento em local adequado aplica-se apenas a quem cometa falta grave (cf. alínea “b” do inc. III do art. 137). A falta cometida por Eduardo   classificada como leve (cf. inc. X do art. 130), portanto a referida san o não lhe   aplicável.

D - ERRADO. Nos termos do Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a san o disciplinar de isolamento em local adequado aplica-se apenas a quem cometa falta grave (cf. alínea “b” do inc. III do art. 137). A falta cometida por Vítor   classificada como média (cf. inc. I do art. 131), portanto a referida san o não lhe   aplicável.

E - CERTO. Nos termos do Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a san o disciplinar de isolamento em local adequado aplica-se apenas a quem cometa falta grave (cf. alínea “b” do inc. III do art. 137). A falta cometida por Ricardo   classificada como grave (cf. inc. IV do art. 133), portanto a referida san o lhe   aplicável.

Questão 13

O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos servidores públicos ocupantes do cargo de agente de segurança penitenciária do estado de Pernambuco   regido por princípios e diretrizes. Conforme a Lei Complementar Estadual n.º 150/2009, o que prevê a garantia de revisão do PCCV, para sua adequa o às novas necessidades,   a

- A equidade.
- B flexibilidade.
- C universalidade.
- D participa o na gestão.
- E equivalência de cargos.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Lei Complementar Estadual n.º 150/2009: “Art. 4.º Nos termos desta Lei Complementar, os princípios e diretrizes que norteiam e regulam o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos — PCCV são os seguintes: (...) VI – flexibilidade: garantia de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento — PCCV, visando à sua adequação às novas necessidades.”.

B - CERTO. Lei Complementar Estadual n.º 150/2009: “Art. 4.º Nos termos desta Lei Complementar, os princípios e diretrizes que norteiam e regulam o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos — PCCV são os seguintes: (...) VI – flexibilidade: garantia de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento — PCCV, visando à sua adequação às novas necessidades.”.

C - ERRADO. Lei Complementar Estadual n.º 150/2009: “Art. 4.º Nos termos desta Lei Complementar, os princípios e diretrizes que norteiam e regulam o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos — PCCV são os seguintes: (...) VI – flexibilidade: garantia de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento — PCCV, visando à sua adequação às novas necessidades.”.

D - ERRADO. Lei Complementar Estadual n.º 150/2009: “Art. 4.º Nos termos desta Lei Complementar, os princípios e diretrizes que norteiam e regulam o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos — PCCV são os seguintes: (...) VI – flexibilidade: garantia de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento — PCCV, visando à sua adequação às novas necessidades.”.

E - ERRADO. Lei Complementar Estadual n.º 150/2009: “Art. 4.º Nos termos desta Lei Complementar, os princípios e diretrizes que norteiam e regulam o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos — PCCV são os seguintes: (...) VI – flexibilidade: garantia de revisão do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento — PCCV, visando à sua adequação às novas necessidades.”.

Questão 14

Suponha que, por decisão administrativa, a demissão de determinado funcionário público civil do estado de Pernambuco tenha sido considerada ilegal. Nessa situação, o funcionário deverá ser

- Ⓐ reintegrado, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓑ reintegrado, com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓒ revertido, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓓ revertido, com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.
- Ⓔ aproveitado, sem o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Lei Estadual n.º 6.123/1968: “Art. 66. Reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo. § 1.º A reintegração decorrerá de decisão administrativa ou judiciária.”.

B - CERTO. Lei Estadual n.º 6.123/1968: “Art. 66. Reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo. § 1.º A reintegração decorrerá de decisão administrativa ou judiciária.”.

C - ERRADO. Lei Estadual n.º 6.123/1968: “Art. 66. Reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo. § 1.º A reintegração decorrerá de decisão administrativa ou judiciária.”.

D - ERRADO. Lei Estadual n.º 6.123/1968: “Art. 66. Reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo. § 1.º A reintegração decorrerá de decisão administrativa ou judiciária.”.

E - ERRADO. Lei Estadual n.º 6.123/1968: “Art. 66. Reintegração é o ato pelo qual o funcionário demitido ou exonerado ilegalmente reingressa no serviço público com o ressarcimento das vantagens ligadas ao cargo. § 1.º A reintegração decorrerá de decisão administrativa ou judiciária.”.

Questão 15

Considerando exclusivamente as opções a seguir, assinale aquela que indica o tipo de *backup* que tem a recuperação em menos etapas.

- Ⓐ *backup* diferencial
- Ⓑ *backup* progressivo
- Ⓒ *backup* completo
- Ⓓ *backup* incremental
- Ⓔ *backup* referencial

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. O *backup* diferencial tem como vantagem a recuperação mais rápida que o incremental, pois precisa só do último completo, enquanto o incremental precisa do completo e dos incrementais.

B - ERRADO. O *backup* progressivo tem como vantagem a recuperação mais rápida que o incremental, pois precisa só do último completo, enquanto o incremental precisa do completo e dos incrementais.

C - CERTO. O *backup* completo é mais básico e completo, faz cópia de todos os dados em um único conjunto de mídia e promove uma recuperação mais simples.

D - ERRADO. O *backup* incremental tem menor volume de dados, é mais rápido e ocupa menos espaço de armazenamento.

E - ERRADO. Uma vantagem do *backup* referencial é que ele utiliza o incremental ou o diferencial depois do completo.

Questão 16

Suítes de escritório, como o Microsoft Office 365, quando executadas na nuvem, são um exemplo de

- Ⓐ *software as a service*.
- Ⓑ *business process as a service*.
- Ⓒ *platform as a service*.
- Ⓓ *functions as a service*.
- Ⓔ *infrastructure as a service*.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. O usuário utiliza um *software* fornecido pelo provedor, e esse *software* roda em uma infraestrutura de computação em nuvem. A infraestrutura é invisível para o usuário, uma vez que o gerenciamento de recursos como espaço em disco, capacidade de rede, sistema operacional ou servidores fica a cargo do provedor de serviços. Um exemplo desse tipo de oferta é o Google Apps for Work, em que é possível criar e manter documentos, planilhas e apresentações nos servidores do provedor de serviços. Outros exemplos incluem o Microsoft Office 365 e o sistema de gestão de relacionamento com clientes (CRM – Customer Relationship Management) Salesforce.com.

B - ERRADO. *Business process as a service* (BPaaS) é qualquer tipo de processo de negócios horizontal ou vertical que é entregue com base no modelo de serviços em nuvem. Esses serviços em nuvem — que incluem *software as a service* (SaaS), *platform as a service* (PaaS) e *infrastructure as a service* (IaaS) — são, portanto, dependentes de serviços relacionados.

C - ERRADO. O usuário pode instalar e gerenciar suas próprias aplicações, desenvolvidas por ele ou adquiridas de terceiros, utilizando as ferramentas e bibliotecas oferecidas pelo provedor. Ou seja, as aplicações que rodam numa plataforma como serviço são desenvolvidas especificamente para ela. Por exemplo, considere uma aplicação desenvolvida para a plataforma Google App Engine que utilize uma linguagem de programação padrão, digamos, Python. Para poder rodar em outra plataforma que suporte essa linguagem, como o Heroku, a aplicação precisaria ser adaptada. O uso de PaaS elimina a necessidade de comprar, configurar e gerenciar recursos de *hardware* e *software*. A infraestrutura é invisível para o desenvolvedor, mas ele pode configurar as aplicações e, eventualmente, aspectos referentes ao ambiente utilizado por elas. Além do Google App Engine e do Heroku, outro exemplo de PaaS é o Microsoft Azure Cloud Services.

D - ERRADO. *Functions as a service* (FaaS) adiciona outra camada de abstração ao PaaS, para que os desenvolvedores fiquem completamente isolados de tudo na pilha abaixo de seu código. FaaS é o conceito de computação sem servidor. Em vez de lidar com os problemas de servidores virtuais, contêineres e tempos de execução de aplicativos, eles carregam blocos de código estritamente funcionais e os definem para serem acionados por determinado evento. Os aplicativos FaaS não consomem recursos IaaS até que um evento ocorra, reduzindo as taxas de pagamento por uso.

E - ERRADO. O serviço oferecido ao usuário é um conjunto de recursos computacionais básicos, tais como capacidade de processamento, armazenamento e redes, sobre os quais pode ser instalado e executado qualquer tipo de *software*, incluídos sistemas operacionais e aplicações. Nesse caso, embora a infraestrutura de nuvem seja invisível para o usuário, ele pode controlar completamente os sistemas operacionais, espaço de armazenamento e aplicações alocados por ele. Exemplos desse tipo de serviço são o Amazon Web Services (AWS), o Google Compute Engine e o Microsoft Azure.

Questão 17

Em segurança da informação, a característica que garante que a mensagem é genuína e passível de verificação é a

- A) confidencialidade.
- B) integridade.
- C) disponibilidade.
- D) autenticidade.
- E) responsabilização.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. A confidencialidade é a garantia de que a informação é acessível somente por pessoas autorizadas a ter acesso.

B - ERRADO. A integridade é a garantia da exatidão e completeza da informação e dos métodos de processamento.

C - ERRADO. A disponibilidade é a garantia de que os usuários autorizados obtenham acesso à informação e aos ativos correspondentes, sempre que necessário.

D - CERTO. A autenticidade é a garantia de que a informação é genuína e passível de ser verificada.

E - ERRADO. A responsabilização é a garantia de que as ações de uma entidade são atribuídas exclusivamente a ela.

Questão 18

Considere a seguinte sentença: “Paulo não tinha um emprego fixo, recebia rendas extras esporadicamente e não tinha as qualificações necessárias para ser recipiente de uma linha especial de crédito bancário no ano de 2021; consequentemente, Paulo, em 2021, não comprou o carro que tanto desejava e precisava.”. Tendo como referência os conectivos lógicos usuais, e considerando que as letras maiúsculas representem proposições lógicas simples, assinale a opção em que a expressão apresentada representa corretamente a sentença precedente.

- A) P
- B) $(P \wedge Q \wedge R) \rightarrow S$
- C) $P \rightarrow (Q \wedge R)$
- D) $(P \wedge Q) \rightarrow R$
- E) $(P \wedge Q \wedge R) \rightarrow S \wedge T$

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Erro na contagem do número das proposições simples.

B - CERTO. Existem três proposições lógicas simples ligadas a uma quarta proposição lógica pelo conectivo de implicação “ \rightarrow ”.

C - ERRADO. Erro na contagem do número das proposições simples que formam as hipóteses relacionadas ao conectivo de implicação.

D - ERRADO. Erro na contagem do número das proposições simples que formam as hipóteses relacionadas ao conectivo de implicação.

E - ERRADO. Erro na identificação do número de proposições lógicas que formam as consequências relacionadas ao conectivo de implicação.

Questão 19

Quatro bolos de rolo especiais, denominados bolo I, bolo II, bolo III e bolo IV, foram preparados de forma tal que cada bolo tem sete camadas de recheio, nas quais foram utilizados os seguintes sabores: goiabada, creme de maracujá, chocolate e doce de leite. A colocação dos recheios nos bolos seguiu a seguinte regra de ouro:

- imediatamente após uma camada de goiabada, segue-se uma camada de creme de maracujá;
- imediatamente após uma camada de creme de maracujá, segue-se uma camada de chocolate;
- imediatamente após uma camada de chocolate, segue-se uma camada de doce de leite;
- imediatamente após uma camada de doce de leite, segue-se uma camada de goiabada.

Além disso, essa regra de ouro também foi utilizada para uniformizar os recheios dos bolos da seguinte maneira: o sabor da sétima camada do bolo j determina o sabor da primeira camada do bolo $j + 1$; por exemplo, se a sétima camada do bolo I é de doce de leite, então, pela regra de ouro, a primeira camada do bolo II será de goiabada.

Com base nessas informações, e sabendo que a terceira camada de recheio do bolo III é de goiabada, assinale a opção correta.

- A) A segunda camada do bolo I é de chocolate.
- B) A quinta camada do bolo II é de goiabada.
- C) A sétima camada do bolo IV é de doce de leite.
- D) O sabor da sexta camada do bolo I é igual ao sabor da quarta camada do bolo III.
- E) O sabor da terceira camada do bolo II é igual ao sabor da sexta camada do bolo IV.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Erro de cálculo do sabor das camadas anteriores à 3ª camada do bolo III.

B - ERRADO. Erro de cálculo do sabor das camadas anteriores à 3ª camada do bolo III.

C - ERRADO. Erro de cálculo do sabor das camadas posteriores à 3ª camada do bolo III.

D - CERTO.

Regra de Ouro:				
G ⇔ CM ⇔ C ⇔ DL ⇔ G				
CAMADAS	Bolo 1	Bolo 2	Bolo 3	Bolo 4
①	G	DL	C	CM
②	CM	G	DL	c
③	C	CM	Golabada	DL
④	DL	C	CM	G
⑤	G	DL	C	CM
⑥	CM	G	DL	c
⑦	C	CM	G	DL

E - ERRADO. Erro na determinação da fórmula geral para a determinação do sabor das camadas.

Questão 20

Uma agência de turismo oferece passeios consistentes na visita a 12 pontos turísticos da cidade de Olinda-PE, entre os quais estão as praias do Bairro Novo e da Casa Caiada, que são as únicas praias da lista de pontos turísticos.

A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta o número de maneiras possíveis de organizar roteiros de visitas aos 12 pontos turísticos, tal que, se uma praia é visitada, então a segunda praia deve ser o próximo ponto turístico a ser visitado.

- A 10!
- B $2 \times 3 \times 10!$
- C $2 \times 11!$
- D $12 \times 11 \times 10 \times \dots \times 4 \times 3$
- E 12!

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Não considerou as duas praias em seu cálculo.

B - ERRADO. Erro na interpretação do significado do fato de a visita às praias ocorrer sempre em sequência.

C - CERTO. Unindo as duas praias como um só ponto turístico, obtemos 11! possíveis roteiros de visitas. Agora, para cada roteiro, há duas possibilidades de visita às praias. Por exemplo, temos roteiro

--- → Praia do Bairro Novo → Praia da Casa Caiada →--- ,

e, também, mantendo a ordem dos demais pontos, temos

→ Praia da Casa Caiada → Praia do Bairro Novo → ---.

D - ERRADO. Considerou, equivocadamente, que o fato de a visita às duas praias ocorrer sempre em sequência seria contemplado em seus cálculos pela eliminação do termo 2! de 12!.

E - ERRADO. Não levou em consideração a informação sobre a visita às duas praias.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), é conduta que gera enriquecimento ilícito

- A** concorrer para a indevida incorporação de bens integrantes de entidade de administração pública ao patrimônio particular.
- B** utilizar, em obra particular, bem móvel de propriedade de entidade da administração pública.
- C** facilitar permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de entidades da administração pública por preço inferior ao de mercado.
- D** agir illicitamente na arrecadação de tributo ou renda.
- E** conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais aplicáveis.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A conduta indicada na assertiva é qualificada no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa como ato que causa lesão ao erário, e não enriquecimento ilícito, por sua vez previsto no art. 9.º.

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1.º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei n.º 14.230/2021)

I – facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1.º desta Lei; (Redação dada pela Lei n.º 14.230/2021)”

B – CERTO. A conduta indicada na assertiva está prevista no art. 9.º da Lei de Improbidade Administrativa como uma das hipóteses de ato que importa enriquecimento ilícito.

“Art. 9.º Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1.º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei n.º 14.230/2021):

(...)

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1.º desta Lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades; (Redação dada pela Lei n.º 14.230/2021)”

C – ERRADO. A conduta indicada na assertiva é qualificada no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa como ato que causa lesão ao erário, e não enriquecimento ilícito, por sua vez previsto no art. 9.º.

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1.º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei n.º 14.230/2021)

(...)

IV – permitir ou facilitar a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1.º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado;”

D – ERRADO. A conduta indicada na assertiva é qualificada no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa como ato que causa lesão ao erário, e não enriquecimento ilícito, por sua vez previsto no art. 9.º.

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1.º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei n.º 14.230/2021)

(...)

X – agir illicitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.”

E – ERRADO. A conduta indicada na assertiva é qualificada no art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa como ato que causa lesão ao erário, e não enriquecimento ilícito, por sua vez previsto no art. 9.º.

“Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1.º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei n.º 14.230/2021)

(...)

VII – conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie”.

Questão 22

Assinale a opção correta acerca dos recursos administrativos, conforme dispõe a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo.

- A** O recurso administrativo deve ser dirigido à autoridade imediatamente superior àquela que tiver proferido a decisão de que se recorre.
- B** Salvo disposição legal diversa, a interposição do recurso administrativo depende de caução.
- C** O recurso administrativo tramitará por, no máximo, duas instâncias administrativas.
- D** Salvo disposição legal específica, é de trinta dias o prazo para interposição de recurso administrativo.
- E** Em regra, o recurso administrativo não tem efeito suspensivo, entretanto, se houver justo receio de prejuízo de difícil reparação, tal efeito poderá ser concedido.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo, o recurso será dirigido à própria autoridade que tiver proferido a decisão recorrida e, somente na hipótese de não haver reconsideração da decisão, haverá o encaminhamento à autoridade superior.

“Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1.º O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.”

B – ERRADO. Em regra, o recurso administrativo independe de caução. É o que dispõe o § 2.º do art. 56 da Lei n.º 9.784/1999.

“Art. 56. (...) § 2.º Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.”

C – ERRADO. Em conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.784/1999, o recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas.

“Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.”*/

D – ERRADO. Em regra, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, de acordo com a previsão do art. 59 da Lei n.º 9.784/1999.

“Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.”

E – CERTO. O teor da assertiva encontra respaldo no art. 61, *caput*, e respectivo parágrafo único da Lei n.º 9.784/1999.

“Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.”

Questão 23

São entidades privadas que celebram contrato de gestão com o Estado para cumprimento de metas de desempenho e recebimento de benefícios públicos

- Ⓐ as organizações sociais.
- Ⓑ as entidades de apoio.
- Ⓒ os serviços sociais autônomos.
- Ⓓ as organizações da sociedade civil de interesse público.
- Ⓔ as fundações.

JUSTIFICATIVAS

A – CERTO. O conceito do enunciado refere-se às organizações sociais, que, segundo a doutrina, são entidades privadas qualificadas na forma da Lei n.º 9.637/1998 e que celebram contrato de gestão com o poder público para cumprimento de metas de desempenho e recebimento de benefícios públicos, como recursos orçamentários, permissão de uso de bens públicos, cessão especial de servidores públicos, entre outros.

B – ERRADO. Entidades de apoio são fundações instituídas por particulares com o objetivo de auxiliar a administração pública, por meio da elaboração de convênios ou contratos.

C – ERRADO. Os serviços sociais autônomos são criados por confederações privadas, após autorização legal, para exercerem atividade de amparo a determinadas categorias profissionais, recebendo contribuições sociais, cobradas compulsoriamente da iniciativa privada, na forma do art. 240 da Constituição Federal de 1988.

D – ERRADO. A qualificação de organização da sociedade civil de interesse público (OSCIPI), na forma do art. 1.º da Lei n.º 9.790/1999, alterada pela Lei n.º 13.019/2014, será conferida às entidades privadas, constituídas e em regular funcionamento há, no mínimo, três anos, que não exercerem atividades lucrativas e desempenharem as atividades especialmente citadas pela lei. Uma vez assim qualificadas, tais entidades poderão firmar termo de parceria com o poder público.

E – ERRADO. Ao contrário do que ocorre com as demais entidades citadas na questão, as fundações são pessoas jurídicas integrantes da administração indireta e que dependem de autorização legal para serem instituídas.

Questão 24

O controle administrativo exercido por uma entidade administrativa sobre seus órgãos, justificado na hierarquia administrativa, é denominado

- Ⓐ supervisão ministerial.
- Ⓑ controle externo.
- Ⓒ tutela administrativa.
- Ⓓ autotutela.
- Ⓔ controle social.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Supervisão ministerial é o controle finalístico (tutela) exercido no âmbito federal. É exercida pela administração direta sobre os atos das entidades da administração indireta e, por isso, não decorre de relação de hierarquia.

B – ERRADO. O controle externo, como o próprio nome sugere, não é realizado internamente, mas pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo, com o auxílio do tribunal de contas.

C – ERRADO. A tutela administrativa não se confunde com a autotutela. Tutela, ou, em âmbito federal, supervisão ministerial, é, segundo a doutrina, o controle exercido pela administração direta sobre os atos praticados pelas entidades que integram a administração indireta, conforme arts. de 19 a 29 do Decreto-lei n.º 200/1967. Em virtude da autonomia das entidades administrativas, a tutela somente será permitida quando houver previsão legal expressa.

D – CERTO. A autotutela, segundo a doutrina, é o controle administrativo interno exercido por determinada entidade administrativa sobre seus próprios órgãos, sendo justificado pela hierarquia administrativa inerente à estruturação interna das pessoas administrativas e, por essa razão, independente de previsão legal.

E – ERRADO. O controle social é aquele implementado pela sociedade civil, por meio da participação nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos (por exemplo, participação em consulta pública ou audiência pública; direito de petição ou de representação etc.).

Questão 25

Entre as penalidades decorrentes de processo administrativo disciplinar, aplica-se ao servidor público a pena de suspensão por motivo de

- Ⓐ inassiduidade habitual.
- Ⓑ conduta escandalosa na repartição.
- Ⓒ recusa injustificada de se submeter a inspeção médica determinada pela autoridade competente.
- Ⓓ abandono de cargo.
- Ⓔ revelação de segredo do qual tenha tido conhecimento em razão do cargo.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A assertiva prevê hipótese apenas com demissão, à luz do art. 132 da Lei n.º 8.112/1990.

“Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

[...]

III – inassiduidade habitual;”

B – ERRADO. A assertiva prevê hipótese apenas com demissão, à luz do art. 132 da Lei n.º 8.112/1990.

“Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

[...]

V – incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;”

C – CERTO. A assertiva encontra respaldo no art. 130, § 1.º, da Lei nº. 8.112/1990.

“Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1.º Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.”

D – ERRADO. A assertiva prevê hipótese apenada com demissão, à luz do art. 132 da Lei nº. 8.112/1990.

“Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

[...]

II – abandono de cargo;”

E – ERRADO. A assertiva prevê hipótese apenada com demissão, à luz do art. 132 da Lei nº. 8.112/1990.

“Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

[...]

IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;”

Questão 26

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública tem, entre outras funções institucionais, a incumbência de

- Ⓐ zelar pelo respeito aos direitos constitucionais pelos poderes públicos e serviços de relevância pública.
- Ⓑ defender judicialmente os interesses das populações indígenas.
- Ⓒ exercer o controle externo da atividade policial.
- Ⓓ promover os direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma gratuita, aos necessitados.
- Ⓔ promover ação de inconstitucionalidade para fins de intervenção da União e dos estados.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A assertiva indica uma das funções institucionais do Ministério Público, conforme previsão do art. 129 da Constituição Federal de 1988.

“Art. 129 São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;”

B – ERRADO. A assertiva indica uma das funções institucionais do Ministério Público, conforme previsão do art. 129 da Constituição Federal de 1988.

Art. 129 São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;”

C – ERRADO. A assertiva indica uma das funções institucionais do Ministério Público, conforme previsão do art. 129 da Constituição Federal de 1988.

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;”

D – CERTO. A incumbência constitucional da Defensoria Pública está prevista no art. 134 da Constituição Federal de 1988:

“Art. 134 A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5.º desta Constituição Federal.”.

E – ERRADO. A assertiva indica uma das funções institucionais do Ministério Público, conforme previsão do art. 129 da Constituição Federal de 1988.

“Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição.”

Questão 27

Conforme prevê a Constituição Federal de 1988, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é

- Ⓐ abranger a dignidade da pessoa humana.
- Ⓑ construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- Ⓒ preparar o pluralismo político.
- Ⓓ incrementar a soberania.
- Ⓔ promover os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A assertiva indica um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e não um de seus objetivos fundamentais.

“Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

III – a dignidade da pessoa humana;”

B – CERTO. A assertiva indica um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme previsto no art. 3.º da Carta Magna.

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;”

C – ERRADO. A assertiva indica um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e não um de seus objetivos fundamentais.

“Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

V – o pluralismo político”

D – ERRADO. A assertiva indica um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e não um de seus objetivos fundamentais.

“Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;”

E – ERRADO. A assertiva indica um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e não um de seus objetivos fundamentais.

“Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

(...)

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;”

Questão 28

O § 3.º do artigo 25 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.”. Esse dispositivo constitucional é classificado pela doutrina como norma de eficácia

- Ⓐ contida.
- Ⓑ limitada, declaratória de princípios programáticos.
- Ⓒ limitada, declaratória de princípios institutivos.
- Ⓓ prospectiva.
- Ⓔ plena.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. O enunciado traz hipótese de norma constitucional de eficácia limitada, declaratória de princípios institutivos.

Nas normas de eficácia contida, ao contrário do que ocorre com as normas constitucionais de eficácia limitada, há verdadeira restrição à eficácia e à aplicabilidade da norma.

B – ERRADO. O enunciado traz hipótese de norma constitucional de eficácia limitada, declaratória de princípios institutivos.

As normas de eficácia limitada declaratórias de princípios programáticos veiculam programas a serem implementados pelo Estado com vistas à realização de fins sociais.

C – CERTO. O dispositivo referido no enunciado é classificado como norma de eficácia limitada, declaratória de princípios institutivos. Tais normas contêm esquemas gerais (iniciais) de estruturação de instituições, órgãos ou entidades. São exemplos o art. 18, § 2.º; o art. 22, parágrafo único; o art. 25, § 3.º; o art. 33; o art. 37, VII e XI; o art. 88; o art. 90, § 2.º; o art. 91, § 2.º; o art. 102, § 1.º; o art. 107, § 1.º; o art. 109, VI e § 3.º; o art. 113; o art. 121; o art. 125, § 3.º; o art. 128, § 5.º; o art. 131; o art. 146; o art. 161, I; o art. 224.

D – ERRADO. As normas de eficácia prospectiva nada mais são do que normas de eficácia contida. Têm aplicabilidade direta e imediata, mas possivelmente não integral. Embora tenham condições de produzir todos os seus efeitos quando da promulgação ou entrada em vigor da nova Constituição (ou diante da introdução de novos preceitos por emendas à Constituição, ou na hipótese do art. 5.º, § 3.º), poderá haver a redução de sua abrangência.

E – ERRADO. As normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral são aquelas normas da Constituição que, no momento que esta entra em vigor, estão aptas a produzir todos os seus efeitos, independentemente de norma integrativa infraconstitucional (situação esta que pode ser observada, também, na hipótese de introdução de novos preceitos por emendas à Constituição, ou na hipótese do art. 5.º, § 3.º). Em regra, criam órgãos ou atribuem competências aos entes federativos.

Questão 29

De acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco, é de competência exclusiva da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco a iniciativa de lei para dispor acerca da

- Ⓐ criação e extinção de cargos das secretarias dessa assembleia, bem como da fixação dos respectivos vencimentos.
- Ⓑ criação e estruturação das secretarias de estado.
- Ⓒ criação e extinção de cargos na administração direta, autárquica e fundacional do estado.
- Ⓓ fixação ou alteração do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do estado.
- Ⓔ organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do estado e da Defensoria Pública.

JUSTIFICATIVAS

A – CERTO. A assertiva traz hipótese de matéria de iniciativa de lei de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, conforme previsto na Constituição do Estado: “Art. 20. É da competência exclusiva da Assembleia Legislativa e privativa dos Tribunais a iniciativa das leis que disponham sobre a criação e extinção de cargos de suas Secretarias e serviços auxiliares, e a fixação dos respectivos vencimentos, respeitadas as limitações previstas na Constituição da República, a cujos projetos somente poderão ser admitidas emendas com os requisitos nela estabelecidos”.

B – ERRADO. A assertiva traz hipótese de matéria de iniciativa de lei privativa do governador, conforme prevê o inciso I do § 1.º do art. 19 da Constituição do Estado: “§ 1.º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre: I – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado, de órgãos e de entidades da administração pública”.

C – ERRADO. A assertiva traz hipótese de matéria de iniciativa de lei privativa do governador, conforme prevê o inciso I do § 1.º do art. 19 da Constituição do Estado: “§ 1.º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre: (...) II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa pública, no âmbito do Poder Executivo”.

D – ERRADO. A assertiva traz hipótese de matéria de iniciativa de lei privativa do governador, conforme prevê o inciso I do § 1.º do art. 19 da Constituição do Estado: “§ 1.º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre: (...) III – fixação ou alteração do efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar”.

E – ERRADO. A assertiva traz hipótese de matéria de iniciativa de lei privativa do governador, conforme prevê o inciso I do § 1.º do art. 19 da Constituição do Estado: “§ 1.º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre: (...) V – organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado e da Defensoria Pública”.

Questão 30

Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A Em regra, mesmo o civilmente identificado deverá ser submetido a identificação criminal.
- B Em razão das condições precárias do sistema prisional brasileiro, não é consentido às presidiárias permanecer com seus filhos no período de amamentação.
- C A prisão de qualquer pessoa e o local onde ela se encontre devem ser comunicados ao juiz competente no prazo de 24 horas.
- D Ninguém será considerado culpado até a confirmação da decisão condenatória em segunda instância.
- E O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Em regra, o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, conforme prevê expressamente o inciso LVIII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988.

B – ERRADO. São constitucionalmente asseguradas às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, conforme previsto expressamente no inciso L do art. 5.º da Constituição Federal de 1988.

C – ERRADO. A prisão deverá ser comunicada imediatamente, e não em 24 horas, conforme consta do inciso LXII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988: “LXII – a prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada”.

D – ERRADO. Ninguém será considerado culpado até decisão condenatória definitiva, contra a qual não caiba mais nenhum recurso, conforme o inciso LVII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988: “LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

E – CERTO. A assertiva indica direito expressamente previsto no inciso LXIV do art. 5.º da Constituição Federal de 1988.

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXIV – o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;”

Questão 31

Assinale a opção correta acerca do processo legislativo.

- A A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República terão início no Senado Federal.
- B A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados deverá ocorrer no prazo de quinze dias.
- C O projeto de lei aprovado por uma casa legislativa será revisto pela outra, em dois turnos de votação, e enviado para sanção, se a casa revisora o tiver aprovado.
- D Se o presidente da República vetar projeto de lei, ele deverá comunicar os motivos do veto, dentro de 48 horas, ao presidente da Câmara dos Deputados.
- E O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, não podendo referir-se a apenas uma expressão ou palavra.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República terão início na Câmara dos Deputados, à luz da previsão contida no art. 64 da Constituição Federal de 1988.

B – ERRADO. A apreciação das emendas deverá ser realizada no prazo de dez dias, à luz do § 3.º do art. 64 da Constituição Federal de 1988.

C – ERRADO. O projeto de lei aprovado por uma casa legislativa será revisto pela outra, em um só turno de votação, conforme expressamente estabelecido no art. 65 da Constituição Federal de 1988.

D – ERRADO. No caso de decidir pelo veto a projeto de lei, o presidente da República informará os motivos do veto ao presidente do Senado Federal, e não ao da Câmara dos Deputados. É o que dispõe o § 1.º do art. 66 da Constituição Federal de 1988.

E – CERTO. Por expressa disposição constitucional (§ 2.º do art. 66), o veto parcial somente poderá recair sobre texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea. Confirma-se, a esse respeito.

Questão 32

O presidiário Alberto exigiu do presidiário Bruno que mandasse sua esposa trazer, em visita ao presídio, grande quantidade de dinheiro, para que Alberto pudesse realizar seus gastos na prisão, caso contrário Bruno seria morto pelos colegas de cela que pertenciam à mesma facção criminosa de Alberto. Ao chegar ao presídio com a quantidade elevada de dinheiro, a esposa de Bruno foi abordada pelo policial penal, e o dinheiro acabou apreendido.

Nessa situação hipotética, Alberto praticou

- A tentativa de roubo.
- B tentativa de extorsão.
- C roubo consumado.
- D extorsão consumada.
- E conduta considerada atípica.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. A conduta de Alberto caracteriza o crime de extorsão consumada.

B - ERRADO. A conduta de Alberto caracteriza o crime de extorsão consumada.

C - ERRADO. A conduta de Alberto caracteriza o crime de extorsão consumada.

D - CERTO. A extorsão é um crime formal, cujo momento consumativo se dá com a exigência feita pelo autor da conduta. Conforme o artigo 158 do Código Penal, é extorsão “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa”.

E - ERRADO. A conduta de Alberto caracteriza o crime de extorsão consumada.

Questão 33

A pena imposta pela prática de crime tentado

- A será sempre reduzida no equivalente a 1/3 da pena relativa ao crime consumado.
- B será sempre reduzida em 1/3 a 2/3 da pena relativa ao crime consumado.
- C será necessariamente igual à imposta ao crime consumado.
- D será reduzida no equivalente a 1/3 da pena relativa ao crime consumado, salvo se houver disposição em contrário.
- E será reduzida em 1/3 a 2/3 da pena relativa ao crime consumado, salvo se houver disposição em contrário.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Nem sempre a pena será reduzida, segundo o parágrafo único do inciso II do art. 14 do Código Penal.

B – ERRADO. Nem sempre a pena será reduzida, segundo o parágrafo único do inciso II do art. 14 do Código Penal.

C – ERRADO. Em regra, a pena será reduzida, nos termos do parágrafo único do inciso II do art. 14 do Código Penal.

D – ERRADO. Em regra, a pena será reduzida em 1/3 a 2/3 da relativa ao crime consumado, nos termos do parágrafo único do inciso II do art. 14 do Código Penal.

E – CERTO. Código Penal: “Art. 14 (...) II – (...) Parágrafo único. Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.”.

Questão 34

Quando o agente, com uma única ação dolosa, pratica dois ou mais crimes, mas cada qual resultante de desígnio autônomo, ocorre

- A concurso material homogêneo de crimes.
- B concurso formal próprio de crimes.
- C concurso formal impróprio de crimes.
- D crime continuado.
- E concurso material heterogêneo de crimes.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Nesse caso, ocorre concurso formal impróprio de crimes.

B – ERRADO. Nesse caso, ocorre concurso formal impróprio de crimes.

C – CERTO. Código Penal: “Art. 70 Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto no artigo anterior.”. Além disso, conforme a doutrina, no concurso formal imperfeito, o agente pratica uma única conduta, entretanto seu objetivo é provocar dois ou mais crimes. Por haver desígnios autônomos, as penas deverão ser somadas, aplicando-se a mesma regra do concurso material de delitos.

D – ERRADO. Nesse caso, ocorre concurso formal impróprio de crimes.

E – ERRADO. Nesse caso, ocorre concurso formal impróprio de crimes.

Questão 35

Suponha que um indivíduo tenha provocado lesão na filha de um policial penal estadual, em razão da função pública exercida pelo pai da vítima. Nessa hipótese, o indivíduo cometeu

- A lesão corporal simples.
- B lesão corporal qualificada, por ser a vítima do sexo feminino.
- C lesão corporal com causa de aumento de pena, em razão de a vítima ser familiar de agente de segurança pública.
- D lesão corporal simples e desacato.
- E lesão corporal qualificada, pela prevalência de relações domésticas da vítima.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Trata-se de hipótese de lesão corporal com causa de aumento de pena, em razão de a vítima ser familiar de agente de segurança pública.

B – ERRADO. Trata-se de hipótese de lesão corporal com causa de aumento de pena, em razão de a vítima ser familiar de agente de segurança pública.

C – CERTO. Trata-se de hipótese de lesão corporal com causa de aumento de pena, em razão de a vítima ser familiar de agente de segurança pública, conforme § 12 do art. 129 do Código Penal c/c art. 144 da Constituição Federal de 1988.

Código Penal: “Art. 129 (...) § 12 Se a lesão for praticada contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição, a pena é aumentada de um a dois terços.”

Constituição Federal de 1988: “Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: (...) VI – polícias penais federal, estaduais e distrital.”

D – ERRADO. Trata-se de hipótese de lesão corporal com causa de aumento de pena, em razão de a vítima ser familiar de agente de segurança pública.

E – ERRADO. Trata-se de hipótese de lesão corporal com causa de aumento de pena, em razão de a vítima ser familiar de agente de segurança pública.

Questão 36

Aníbal praticou um furto e, no dia seguinte, pediu a Beto que guardasse o objeto subtraído, porque Aníbal estava sendo procurado pela polícia. Um mês depois, Aníbal reencontrou Beto, recuperou o objeto furtado e o levou consigo.

Nesse caso hipotético, Beto

- A foi partícipe de furto.
- B foi coautor de furto.
- C praticou favorecimento pessoal.
- D praticou favorecimento real.
- E praticou conduta atípica.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Não houve participação ou coautoria de Beto no furto, pois o concurso de pessoas deve ser prévio ou concomitante à ação planejada. Caso Aníbal tivesse feito o pedido a Beto antes da ação, ter-se-ia a hipótese de coautoria ou de participação, conforme a situação fática.

B – ERRADO. Não houve participação ou coautoria de Beto no furto, pois o concurso de pessoas deve ser prévio ou concomitante à ação planejada. Caso Aníbal tivesse feito o pedido a Beto antes da ação, ter-se-ia a hipótese de coautoria ou de participação, conforme a situação fática.

C – ERRADO. Trata-se da prática de favorecimento real.

D – CERTO. Código Penal: “Favorecimento real. Art. 349 Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou de receptação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito do crime”.

E – ERRADO. Trata-se da prática de favorecimento real.

Questão 37

A captação ambiental, segundo a Lei n.º 9.296/1996,

- A** pode ser autorizada pelo juiz de ofício.
- B** pode ser feita com dispositivo instalado por meio de operação policial disfarçada, a qualquer hora do dia ou da noite, dentro de residência.
- C** é criminosa, caso feita por um dos interlocutores.
- D** deverá durar pelo prazo de quinze dias, renovável apenas uma única vez pelo juiz, caso comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.
- E** só poderá ser autorizada pelo juiz quando houver indícios de autoria e participação em infrações criminais, sendo a pena máxima, necessariamente, superior a quatro anos, ou em infrações penais conexas.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Art. 8º-A da Lei n.º 9.296/1996 dispõe que: “Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos”.

B – ERRADO. O artigo 8º-A, da Lei n.º 9.296/1996, em seu § 2º, dispõe que: “§ 2º A instalação do dispositivo de captação ambiental poderá ser realizada, quando necessária, por meio de operação policial disfarçada ou no período noturno, exceto na casa, nos termos do inciso XI do **caput** do art. 5º da Constituição Federal.”

C – ERRADO. §1º, do artigo 10-A, da Lei n.º 9.296/1996 dispõe que: “§ 1º Não há crime se a captação é realizada por um dos interlocutores.”

D – ERRADO. O artigo 8º-A, da Lei n.º 9.296/1996, em seu §3º, dispõe que: “§ 3º A captação ambiental não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada.”

E – CERTO. O artigo 8º-A, da Lei n.º 9.296/1996, trazido pelo pacote anticrime, dispõe que: “II - houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.”

Questão 38

André, residente na cidade do Recife, visando obter diversas vantagens financeiras, praticou um furto, no valor de R\$ 100.000, em Jaboatão dos Guararapes. Concluída a ação, André empreendeu fuga e seguiu em direção de Cabo de Santo Agostinho, quando se iniciou uma perseguição policial. Já na cidade de Cabo de Santo Agostinho, o fugitivo praticou um roubo e levou um veículo de Bruno, que estava em um momento de distração. Os policiais, acionados por Bruno, continuaram a busca, até chegar a Palmares, onde, ao bater o veículo roubado, André foi cercado pelos policiais e preso em flagrante delito.

Nessa situação hipotética, o(s) processo(s) contra André terá(ão) como foro competente uma vara criminal de

- A** Jaboatão dos Guararapes.
- B** Cabo de Santo Agostinho.
- C** Palmares.
- D** Recife.
- E** Jaboatão dos Guararapes, para o crime de furto, e de Cabo de Santo Agostinho, para o crime de roubo.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. O foro competente é a vara criminal de Cabo de Santo agostinho, visto que o roubo tem pena maior que a do furto, sendo, portanto, mais grave. (art. 78 do CPP)

B – CERTO. O artigo 78 do Código de Processo Penal dispõe que: “Art. 78. Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:

I - no concurso entre a competência do júri e a de outro órgão da jurisdição comum, prevalecerá a competência do júri;

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave;”

No caso em tela, o roubo tem pena maior que a do furto, sendo, portanto, mais grave.

C – ERRADO. O foro competente é a vara criminal de Cabo de Santo agostinho, visto que o roubo tem pena maior que a do furto, sendo, portanto, mais grave. (art. 78 do CPP)

D – ERRADO. O foro competente é a vara criminal de Cabo de Santo agostinho, visto que o roubo tem pena maior que a do furto, sendo, portanto, mais grave. (art. 78 do CPP)

E – ERRADO. O foro competente é a vara criminal de Cabo de Santo Agostinho, visto que o roubo tem pena maior que a do furto, sendo, portanto, mais grave. (art. 78 do CPP)

Questão 39

O CPP, ao contrário do CPC, não faz distinção entre impedimento e suspeição do juiz. Nesse sentido, constitui suspeição, prevista em lei, os casos em que

- A** a parte injuriar o juiz.
- B** o juiz for primo do acusado.
- C** o cônjuge do juiz estiver respondendo a processo por fato análogo e haja controvérsia sobre sua natureza criminosa.
- D** o irmão do juiz for amigo íntimo do acusado.
- E** a mãe do juiz for acionista de sociedade interessada no processo.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Conforme a justificativa da opção C.

B – ERRADO. Conforme a justificativa da opção C.

C – CERTO. O artigo 254 do CPP dispõe que: Art. 254. O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes:

I - se for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer deles;

II - se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia;

III - se ele, seu cônjuge, ou parente, consanguíneo, ou afim, até o terceiro grau, inclusive, sustentar demanda ou responder a processo que tenha de ser julgado por qualquer das partes;

IV - se tiver aconselhado qualquer das partes;

V - se for credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes;

VI - se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.

D – ERRADO. Conforme a justificativa da opção C.

E – ERRADO. Conforme a justificativa da opção C.

Questão 40

Segundo o Código de Processo Penal, a audiência de custódia deverá ser realizada em até

- A** 24 horas depois da prisão.
- B** 24 horas após a comunicação da prisão ao Juiz, Ministério Público e defensor do acusado.
- C** 24 horas após a entrega da nota de culpa.
- D** 48 horas depois da prisão.
- E** 48 horas após a comunicação da prisão ao Juiz, Ministério Público e defensor do acusado.

JUSTIFICATIVAS

A – CERTO. Apesar de o artigo 310 falar em após receber o auto de prisão em flagrante, o prazo a que o artigo menciona é o da prisão ocorrida, conforme se vê da redação: “Art. 310. Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público, e, nessa audiência, o juiz deverá, fundamentadamente:” A título de esclarecimento, confira o seguinte julgado sobre o assunto: (AgRg no RHC 151.227/PA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/9/2021, DJe 4/10/2021).

B – ERRADO. Segundo o art. 310 do CPP, o prazo é de 24 horas após a prisão.

C – ERRADO. Segundo o art. 310 do CPP, o prazo é de 24 horas após a prisão.

D – ERRADO. Segundo o art. 310 do CPP, o prazo é de 24 horas após a prisão.

E – ERRADO. Segundo o art. 310 do CPP, o prazo é de 24 horas após a prisão.

Questão 41

Assinale a opção que corresponde à causa de extinção da punibilidade por meio da qual o ofendido, depois de iniciada a ação penal, abdica do seu direito, necessitando de aceitação do ofendido para ter sua eficácia plena.

- A** renúncia
- B** perdão do ofendido
- C** perdão judicial
- D** perempção
- E** decadência

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A renúncia ocorre antes de oferecida a ação penal.

B – CERTO. O Código não fornece um conceito claro para o perdão do ofendido. Entretanto, ele ocorre quando iniciada a ação, o querelante (ofendido) não tem mais interesse em prosseguir com ela. O CPP utiliza a ideia de que o perdão ocorre no processo (arts. 56 e 59), bem como usa os termos querelante e querelado, próprios da ação penal.

C – ERRADO. Apesar do nome similar, o perdão judicial é dado pelo juiz após o término da ação penal, quando se verifica que as consequências sofridas pelo agente são tamanhas que não há a necessidade de pena.

D – ERRADO. A perempção é uma causa de extinção da punibilidade, prevista no artigo 60, que decorre da desídia ou desinteresse do querelante.

E – ERRADO. A decadência é causa de extinção da punibilidade, mas tem a ver com o tempo transcorrido da inércia na propositura da ação penal.

Questão 42

Na hipótese de delito afiançável, a fiança para o crime com pena privativa de liberdade máxima de quatro anos pode ser concedida pelo

- I juiz;
- II delegado de polícia;
- III promotor de justiça.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Tanto o juiz quanto o delegado podem conceder a fiança no caso em questão, conforme art. 322 do CPP.

B – ERRADO. Tanto o juiz quanto o delegado podem conceder a fiança no caso em questão, conforme art. 322 do CPP.

C – ERRADO. Tanto o juiz quanto o delegado podem conceder a fiança no caso em questão, conforme art. 322 do CPP.

D – CERTO. Conforme art. 322 do CPP: “A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos. Parágrafo único. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 48 (quarenta e oito) horas.”

Ou seja, o juiz sempre pode conceder a fiança. A redação do CPP só abre margem para que o Delegado, em situação extraordinária acima mencionada, possa conceder.

E – ERRADO. Tanto o juiz quanto o delegado podem conceder a fiança no caso em questão, conforme art. 322 do CPP.

Questão 43

A Lei n.º 13.964/2019 introduziu na legislação penal brasileira, entre outros dispositivos, a previsão de que a pena pelo crime de roubo será majorada quando

- A** o agente praticá-lo com arma branca.
- B** o bem subtraído for veículo automotor que, em seguida ao crime, seja transportado para outro estado federado ou para o exterior.
- C** o agente mantiver a vítima em seu poder, restringindo a liberdade dela.
- D** a vítima estiver em serviço de transporte de valores e o agente conhecer tal circunstância.
- E** a conduta for praticada em concurso de duas ou mais pessoas.

JUSTIFICATIVAS

A – CERTO. Com as alterações promovidas pela Lei n.º 13.964/2019, o crime de roubo, previsto no art. 157 do Código Penal, sofreu alterações substanciais. Uma delas foi a inclusão da majorante relativa ao emprego de arma branca, o que, a partir da referida legislação, leva à causa de aumento de 1/3 até metade da pena. Até a edição da Lei n.º 13.964/2019, em alteração legislativa anterior (Lei n.º 13.654/2018), o legislador havia optado por excluir da majorante do crime de roubo os objetos que, embora pudessem ser utilizados para intimidar, não tivessem sido concebidos com essa finalidade. Por consequência, não majorava mais a pena do roubo o emprego das denominadas armas brancas. Em suma, a nova lei, conhecida como Pacote Anticrime, em relação ao crime de roubo, devolveu o aumento de pena para quem assalta com arma branca, manteve o aumento de pena para quem utiliza arma de fogo e criou uma nova causa de aumento, que é o roubo praticado com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, caso em que o índice de aumento é o dobro.

B – ERRADO. A majorante incidente sobre a pena do crime de roubo quando a subtração envolve veículo automotor que venha a ser transportado para outro estado ou para o exterior foi incluída no Código Penal pela Lei n.º 9.426/1996, portanto não se trata de dispositivo instituído pela Lei n.º 13.964/2019.

C – ERRADO. A majorante incidente sobre a pena do crime de roubo quando ele é praticado com restrição da liberdade da vítima (sequestro relâmpago) foi incluída no Código Penal pela Lei n.º 9.426/1996, portanto não se trata de dispositivo instituído pela Lei n.º 13.964/2019.

D – ERRADO. A majorante incidente sobre a pena do crime de roubo quando a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância já constava do Código Penal antes do advento da Lei n.º 13.964/2019.

E – ERRADO. A majorante incidente sobre a pena do crime de roubo quando há concurso de duas ou mais pessoas já constava do Código Penal antes do advento da Lei n.º 13.964/2019.

Questão 44

Suponha que uma empresa nacional de grande porte tenha fraudado, mediante ajuste, o caráter competitivo de procedimento licitatório público. Nessa situação hipotética, por força dos dispositivos da Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), essa empresa

- Ⓐ deverá ser responsabilizada criminalmente em função da conduta praticada por seu preposto ou representante legal.
- Ⓑ deverá ser responsabilizada nas esferas civil e administrativa, desde que devidamente comprovado dolo ou culpa.
- Ⓒ deverá ser isentada de responsabilidade civil caso firme acordo de leniência em termos comprovadamente eficazes.
- Ⓓ poderá firmar acordo de leniência, o qual será estendido, nos mesmos termos, ao agente público participante do ato ilegal.
- Ⓔ poderá celebrar acordo de leniência, ficando isenta da proibição de receber subsídios ou empréstimos do poder público.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A Lei Anticorrupção trata, exclusivamente, da responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas (empresas) pela prática de atos de corrupção contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Ressalte-se que a norma não trata de questões penais, porquanto, como dito, o seu principal intuito é regular a responsabilização por atos de corrupção no âmbito administrativo e cível. Outrossim, importa registrar que o direito penal brasileiro apenas prevê a responsabilização da pessoa jurídica para os crimes ambientais, o que não é o caso da situação posta.

B – ERRADO. A Lei n.º 12.846/2013, posteriormente regulamentada pelo Decreto n.º 8.420/2015, prevê, em seu art. 5.º, a responsabilidade objetiva, independentemente da comprovação de dolo ou culpa, das empresas que pratiquem atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.

C – ERRADO. As disposições da Lei n.º 12.846/2013 estabelecem o acordo de leniência como ferramenta de solução extrajudicial cujo objetivo é garantir que as empresas colaborem efetivamente com as investigações e com o processo administrativo, identificando os demais envolvidos na infração, além de evitar que a empresa seja responsabilizada no âmbito administrativo, permitindo-lhe a manutenção de suas relações com o poder público. Esse normativo estabelece que a pessoa jurídica de boa-fé que, de forma espontânea, formalize o acordo de leniência, passa a ter a oportunidade de pleitear a atenuação ou mesmo a isenção de determinadas sanções cabíveis. Entretanto, para que a pessoa jurídica possa assinar um acordo de leniência, é preciso que ela cumpra os seguintes requisitos: (I) ser a primeira a se manifestar sobre seu interesse em colaborar para a apuração do ato ilícito; (II) cessar completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da assinatura do acordo; (III) admitir sua participação no ilícito; (IV) cooperar plena e permanentemente com as investigações e o processo administrativo, comparecendo, sob suas expensas, sempre que solicitada, a todos os atos processuais, até seu encerramento; e (V) fornecer informações, documentos e elementos que comprovem a infração administrativa. Assim, mesmo que a pessoa jurídica firme o acordo, permanecerá a obrigação de reparar integralmente o dano causado, e, em caso de descumprimento, ela ficará impedida de celebrar novo acordo, pelo prazo de três anos.

D – ERRADO. O acordo de leniência somente poderá ser celebrado com pessoa jurídica, não sendo prevista a possibilidade de realizá-lo com as pessoas naturais eventualmente envolvidas no caso, ou mesmo com determinado agente público participante do ato ilegal. O texto da Lei Anticorrupção é bastante claro em apenas mencionar a possibilidade de se efetuar a transação com as sociedades envolvidas, embora, conforme artigo 3.º da Lei Anticorrupção, possam ser punidas também as pessoas naturais.

E – CERTO. A celebração do acordo de leniência isentará a pessoa jurídica das sanções de publicação extraordinária da decisão condenatória e da proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pela poder público, pelo prazo mínimo de um ano e pelo máximo de cinco anos.

Questão 45

Uma das características indispensáveis à configuração de organização criminosa é

- Ⓐ a participação de, no mínimo, quatro pessoas, não se incluindo nesse cômputo menores de dezoito anos de idade.
- Ⓑ a comprovada consumação de vários delitos de natureza patrimonial que garantam efetiva vantagem econômica.
- Ⓒ o escalonamento organizacional ordenado, com evidente estabilidade e durabilidade.
- Ⓓ a observância de um padrão uniforme de atuação, com vistas à prática de delitos cuja pena máxima seja superior a dois anos.
- Ⓔ a prática exclusiva de delitos com repercussão transnacional.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. A Lei n.º 12.850/2013 definiu organização criminosa em seu art. 1.º, da seguinte forma: “§ 1.º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.”. Pela definição legal, o sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, desde que se identifique, claramente, a associação de, pelo menos, quatro pessoas. Esse número pode ser constituído de menores de dezoito anos, que, embora sejam inimputáveis nos termos do Código Penal e não tenham capacidade para responder pelo delito, são partes fundamentais para a configuração do grupo.

B – ERRADO. O delito de organização criminosa é um crime formal, não se exigindo, para sua consumação, qualquer resultado naturalístico, consistente no efetivo cometimento dos delitos almejados, tampouco a efetiva vantagem econômica. Até porque, para a configuração de organização criminosa, é necessário objetivar, direta ou indiretamente, uma vantagem, como regra de cunho econômico, todavia a lei trata de vantagem de qualquer natureza.

C – CERTO. O escalonamento ordenado, além do número mínimo de participantes, é outro requisito importante para a configuração de organização criminosa, nos termos definidos na Lei n.º 12.850/2013. Logo, é preciso que a organização seja estruturalmente ordenada, uma vez que não se concebe uma organização criminosa se inexistir um escalonamento, o qual permite ascensão no âmbito interno, com chefia e chefiados. De outra sorte, detectada a estabilidade e durabilidade, por meio da estrutura ordenada e da divisão de tarefas, o crime está consumado.

D – ERRADO. Para a configuração do delito de organização criminosa, é necessária a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional, conforme estabelece o § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 12.850/2013.

E – ERRADO. A transnacionalidade não é indispensável para a caracterização de organização criminosa, sendo apenas uma das hipóteses que permitem a sua configuração, nos moldes preceituados no § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 12.850/2013: “Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.”.

Questão 46

Com vistas ao enquadramento de condutas nos crimes de posse e porte irregulares de arma de fogo, acessórios e munições tipificados no Estatuto do Desarmamento, para a classificação de armas de fogo e munições de uso permitido ou restrito, atualmente, em regra, leva-se em consideração o critério

- Ⓐ do calibre nominal.
- Ⓑ da energia cinética medida em joules.
- Ⓒ do sistema de carregamento.
- Ⓓ da portabilidade.
- Ⓔ do sistema de inflamação.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Diferentemente do critério adotado anteriormente, em que o calibre nominal era o parâmetro diferenciador, atualmente vigora a classificação que leva em conta a energia cinética associada à respectiva arma, sendo a energia cinética conceituada como a energia associada ao estado de movimento de um objeto.

B – CERTO. O Decreto n.º 9.785, publicado em 2019, regulamentava a Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), tendo trazido ao mundo jurídico discussões importantes, em razão de seus inevitáveis reflexos na esfera penal. Posteriormente, o referido decreto foi revogado por outras regulamentações, vigorando, atualmente, o Decreto n.º 10.627/2021. Entretanto, as modificações trazidas quanto ao critério diferenciador das armas e munições das armas de fogo de uso permitido ou restrito/proibido, de modo a permitir o correto enquadramento das condutas criminais do Estatuto do Desarmamento, perduram desde então. Diferentemente do critério adotado anteriormente, em que o calibre nominal era o parâmetro diferenciador, atualmente vigora a classificação que leva em conta a energia cinética associada à respectiva arma, sendo a energia cinética conceituada como a energia associada ao estado de movimento de um objeto. Assim, nos termos do Decreto n.º 10.627/2021, armas de fogo de uso restrito são as armas curtas, revólveres e pistolas, cuja munição tenha, na saída do cano, energia superior a 1.200 libras-pé ou 1.620 joules. O Decreto ainda elenca, por exceção ao critério único da energia cinética, as seguintes armas de uso restrito: (i) armas automáticas — todas as armas de fogo automáticas, de qualquer calibre; (ii) armas não portáteis — armas que, devido às suas dimensões ou ao seu peso, não podem ser transportadas por um único homem (por exemplo: metralhadoras pesadas, morteiros, obuseiros e canhões antiaéreos).

C – ERRADO. Diferentemente do critério adotado anteriormente, em que o calibre nominal era o parâmetro diferenciador, atualmente vigora a classificação que leva em conta a energia cinética associada à respectiva arma, sendo a energia cinética conceituada como a energia associada ao estado de movimento de um objeto. Assim, nos termos do Decreto n.º 10.627/2021, armas de fogo de uso restrito são as armas curtas, revólveres e pistolas, cuja munição tenha, na saída do cano, energia superior a 1.200 libras-pé ou 1.620 joules. O Decreto ainda elenca, por exceção ao critério único da energia cinética, as seguintes armas de uso restrito: (i) armas automáticas — todas as armas de fogo automáticas, de qualquer calibre; (ii) armas não portáteis — armas que, devido às suas dimensões ou ao seu peso, não podem ser transportadas por um único homem (por exemplo: metralhadoras pesadas, morteiros, obuseiros e canhões antiaéreos).

D – ERRADO. Diferentemente do critério adotado anteriormente, em que o calibre nominal era o parâmetro diferenciador, atualmente vigora a classificação que leva em conta a energia cinética associada à respectiva arma, sendo a energia cinética conceituada como a energia associada ao estado de movimento de um objeto. Assim, nos termos do Decreto n.º 10.627/2021, armas de fogo de uso restrito são as armas curtas, revólveres e pistolas, cuja munição tenha, na saída do cano, energia superior a 1.200 libras-pé ou 1.620 joules. O Decreto ainda elenca, por exceção ao critério único da energia cinética, as seguintes armas de uso restrito: (i) armas automáticas — todas as armas de fogo automáticas, de qualquer calibre; (ii) armas não portáteis — armas que, devido às suas dimensões ou ao seu peso, não podem ser transportadas por um único homem (por exemplo: metralhadoras pesadas, morteiros, obuseiros e canhões antiaéreos).

E – ERRADO. Diferentemente do critério adotado anteriormente, em que o calibre nominal era o parâmetro diferenciador, atualmente vigora a classificação que leva em conta a energia cinética associada à respectiva arma, sendo a energia cinética conceituada como a energia associada ao estado de movimento de um objeto. Assim, nos termos do Decreto n.º 10.627/2021, armas de fogo de uso restrito são as armas curtas, revólveres e pistolas, cuja munição tenha, na saída do cano, energia superior a 1.200 libras-pé ou 1.620 joules. O Decreto ainda elenca, por exceção ao critério único da energia cinética, as seguintes armas de uso restrito: (i) armas automáticas — todas as armas de fogo automáticas, de qualquer calibre; (ii) armas não portáteis — armas que, devido às suas dimensões ou ao seu peso, não podem ser transportadas por um único homem (por exemplo: metralhadoras pesadas, morteiros, obuseiros e canhões antiaéreos).

Questão 47

Na residência de um cidadão imputável, a polícia apreendeu vários vasos de cultivo de maconha, restando comprovado, ao final do processo, que a natureza do plantio e a sua quantidade evidenciavam que as plantas destinavam-se à preparação de pequena quantidade da substância para consumo pessoal. Indicada na sentença a pena privativa de prestação de serviços a uma entidade de recuperação de usuários e dependentes de drogas, o réu, injustificadamente, se recusou a cumpri-la.

Nessa situação hipotética, o juiz poderá submeter o réu, sucessivamente, a

- A multa e pena restritiva de direitos.
- B multa e pena privativa de liberdade.
- C multa e admoestação verbal.
- D admoestação verbal e multa.
- E pena privativa de liberdade e multa.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Conforme o § 6.º do art. 28 da Lei de Drogas, em caso de recusa injustificada do réu em cumprir as medidas educativas previstas nos incisos de I a III do mesmo artigo, o juiz poderá submetê-lo, sucessivamente, a admoestação verbal e multa. Essas são as duas formas de impelir o réu ao cumprimento das medidas aplicadas como pena, sendo mister registrar que se aplicam de forma sucessiva, ou seja, primeiro a admoestação verbal e, não surtindo efeito, a multa. Não mais é possível a aplicação de pena privativa de liberdade para o usuário de drogas, mesmo que a conduta continue criminalizada e mesmo que este se recuse às medidas aplicadas em sentença.

B – ERRADO. Conforme o § 6.º do art. 28 da Lei de Drogas, em caso de recusa injustificada do réu em cumprir as medidas educativas previstas nos incisos de I a III do mesmo artigo, o juiz poderá submetê-lo, sucessivamente, a admoestação verbal e multa. Essas são as duas formas de impelir o réu ao cumprimento das medidas aplicadas como pena, sendo mister registrar que se aplicam de forma sucessiva, ou seja, primeiro a admoestação verbal e, não surtindo efeito, a multa. Não mais é possível a aplicação de pena privativa de liberdade para o usuário de drogas, mesmo que a conduta continue criminalizada e mesmo que este se recuse às medidas aplicadas em sentença.

C – ERRADO. Conforme o § 6.º do art. 28 da Lei de Drogas, em caso de recusa injustificada do réu em cumprir as medidas educativas previstas nos incisos de I a III do mesmo artigo, o juiz poderá submetê-lo, sucessivamente, a admoestação verbal e multa. Essas são as duas formas de impelir o réu ao cumprimento das medidas aplicadas como pena, sendo mister registrar que se aplicam de forma sucessiva, ou seja, primeiro a admoestação verbal e, não surtindo efeito, a multa.

D – CERTO. Conforme o § 6.º do art. 28 da Lei de Drogas, em caso de recusa injustificada do réu em cumprir as medidas educativas previstas nos incisos de I a III do mesmo artigo, o juiz poderá submetê-lo, sucessivamente, a admoestação verbal e multa. Essas são as duas formas de impelir o réu ao cumprimento das medidas aplicadas como pena, sendo mister registrar que se aplicam de forma sucessiva, ou seja, primeiro a admoestação verbal e, não surtindo efeito, a multa.

E – ERRADO. Conforme o § 6.º do art. 28 da Lei de Drogas, em caso de recusa injustificada do réu em cumprir as medidas educativas previstas nos incisos de I a III do mesmo artigo, o juiz poderá submetê-lo, sucessivamente, a admoestação verbal e multa. Essas são as duas formas de impelir o réu ao cumprimento das medidas aplicadas como pena, sendo mister registrar que se aplicam de forma sucessiva, ou seja, primeiro a admoestação verbal e, não surtindo efeito, a multa. Não mais é possível a aplicação de pena privativa de liberdade para o usuário de drogas, mesmo que a conduta continue criminalizada e mesmo que este se recuse às medidas aplicadas em sentença.

Questão 48

Em relação às resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, assinale a opção correta.

- A Durante a revista pessoal, são permitidas as seguintes práticas: desnudamento parcial, uso de cães farejadores treinados, agachamento ou saltos.
- B A cada 500 detentos, exigem-se, proporcionalmente, na equipe técnica, dois médicos, um odontólogo, dois psicólogos e dois defensores públicos.
- C É dispensável a emissão de cartão nacional de saúde para as pessoas privadas de liberdade atendidas diretamente no estabelecimento prisional.
- D O número de representantes religiosos dentro do estabelecimento prisional deverá ser proporcional ao de pessoas presas, sendo obrigatória a revista íntima para a entrada desses representantes na unidade prisional.
- E O preso com perfil e formação adequados poderá atuar como monitor no processo educativo nos estabelecimentos penais, recebendo formação pedagógica continuada e remuneração.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. São procedimentos vedados. Resolução n.º 5/2014 (Procedimentos para revista pessoal) – Art. 2.º - São vedadas quaisquer formas de revista vexatória, desumana ou degradante. Parágrafo único - Consideram-se, dentre outras, formas de revista vexatória, desumana ou degradante: I - desnudamento parcial ou total; II - qualquer conduta que implique a introdução de objetos nas cavidades corporais da pessoa revista; III - uso de cães ou animais farejadores, ainda que treinados para esse fim; IV - agachamento ou saltos.

B – ERRADO. As proporções estão erradas. Resolução n.º 9/2009 – Artigo 2.º – Estabelecer a proporção de profissionais da equipe técnica por 500 (quinhentos) detentos, obedecendo-se o seguinte: Médico Clínico - 1 Enfermeiro - 1 Auxiliar de Enfermagem - 1 Odontólogo - 1 Auxiliar de Consultório Dentário - 1 Psicólogo - 1 Estagiário de Psicologia - 6 Assistente Social - 1 Estagiário de Assistente Social - 6 Defensor Público - 3 Estagiário de Direito - 6 Terapeuta Ocupacional - 1 Pedagogo - 1 Nutricionista – 1.

C – ERRADO. Deve ser emitido o cartão. Resolução n.º 4/2014 – 2.6. Deverá ser emitido o Cartão Nacional de Saúde para todas as pessoas privadas de liberdade no sistema prisional que não o possuam, 2.7. As ações das equipes de saúde no sistema prisional deverão ser registradas eletronicamente nos sistemas de informação do SUS.

D – ERRADO. É vedada a revista íntima. Resolução n.º 8/2011 – Art. 3.º Será assegurado o ingresso dos representantes religiosos a todos os espaços de permanência das pessoas presas do estabelecimento prisional. § 1.º O número de representantes religiosos deverá ser proporcional ao número de pessoas presas. § 2.º Será vedada a revista íntima aos representantes religiosos.

E – CERTO. Resolução n.º 3/2009 – Art. 9.º Educadores, gestores, técnicos e agentes penitenciários dos estabelecimentos penais devem ter acesso a programas de formação integrada e continuada que auxiliem na compreensão das especificidades e relevância das ações de educação nos estabelecimentos penais, bem como da dimensão educativa do trabalho. § 2.º A pessoa presa ou internada, com perfil e formação adequados, poderá atuar como monitor no processo educativo, recebendo formação continuada condizente com suas práticas pedagógicas, devendo este trabalho ser remunerado.

Questão 49

Conforme a Portaria Interministerial MJ/SPM n.º 210/2014, constitui meta da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

- Ⓐ a garantia da custódia da presa em local adequado, sendo permitida a sua manutenção provisória em distritos policiais.
- Ⓑ a adoção de medidas para o cancelamento do título de eleitor, evitando sanções pelo não exercício do voto.
- Ⓒ a autorização da presença de acompanhante da parturiente durante todo o trabalho de parto e pós-parto imediato.
- Ⓓ a permissão de uso de meios de contenção em mulheres em trabalho de parto e, excepcionalmente, caso necessário, de algemas em parturientes.
- Ⓔ o transporte unificado para idosos, deficientes, mulheres, gestantes, mães com filhos, preferencialmente sem algemas.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. É vedada a manutenção em distritos policiais. Art. 4.º São metas da Pnampe: 1) promoção de ações voltadas à presa provisória, observando: 2. garantia da custódia da presa provisória em local adequado, sendo vedada sua manutenção em distritos policiais.

B – ERRADO. É permitido o exercício do direito ao voto. Art. 4.º São metas da Pnampe: 1) promoção de ações voltadas à presa provisória, observando: 3. adoção de medidas necessárias para viabilização do exercício do direito a voto.

C – CERTO. Há previsão específica nesse sentido. Art. 4.º São metas da Pnampe: h) atenção específica à maternidade e à criança intramuros, observando: 3. autorização da presença de acompanhante da parturiente, devidamente cadastrada/o junto ao estabelecimento prisional, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, conforme disposto no art. 19-J da Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990.

D – ERRADO. É proibido o uso de meios de contenção durante o parto. Art. 4.º São metas da Pnampe: h) atenção específica à maternidade e à criança intramuros, observando: 4. proibição do uso de algemas ou outros meios de contenção em mulheres em trabalho de parto e parturientes, observada a Resolução n 3, de 1 de junho de 2012, do CNPCP;

E – ERRADO. Há garantia de transporte diferenciado para mulheres idosas, deficientes, sem algemas. Art. 4.º São metas da Pnampe: IV - promoção de ações voltadas à segurança e gestão prisional, que garantam: c) oferecimento de transporte diferenciado para mulheres idosas, com deficiência, gestantes, lactantes e mães com filhos, sem utilização de algemas.

Questão 50

Com base na Lei n.º 11.671/2008, assinale a opção correta no que diz respeito ao estabelecimento penal federal de segurança máxima.

- Ⓐ O delegado deverá emitir parecer acerca da transferência do preso provisório quando esta ocorrer antes da conclusão do inquérito policial.
- Ⓑ Admitida a transferência do preso condenado, o juízo de origem continuará acompanhando a execução penal por carta precatória.
- Ⓒ O período de permanência do preso no estabelecimento penal de segurança máxima será definido após seu ingresso, adaptação e avaliação.
- Ⓓ Não poderão ser utilizadas gravações das visitas como meio de prova de crimes cometidos pelo preso antes de seu ingresso no estabelecimento prisional.
- Ⓔ Quando for ultrapassada a lotação máxima do estabelecimento penal federal, o juízo competente decidirá sobre o número de presos que dividirá cada uma das celas.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Apenas será comunicada a transferência. Art. 5º São legitimados para requerer o processo de transferência, cujo início se dá com a admissibilidade pelo juiz da origem da necessidade da transferência do preso para estabelecimento penal federal de segurança máxima, a autoridade administrativa, o Ministério Público e o próprio preso. § 7º A autoridade policial será comunicada sobre a transferência do preso provisório quando a autorização da transferência ocorrer antes da conclusão do inquérito policial que presidir.

B – ERRADO. A transferência será acompanhada pela vara federal. Art. 6º Admitida a transferência do preso condenado, o juízo de origem deverá encaminhar ao juízo federal os autos da execução penal. Art. 4º A admissão do preso, condenado ou provisório, dependerá de decisão prévia e fundamentada do juízo federal competente, após receber os autos de transferência enviados pelo juízo responsável pela execução penal ou pela prisão provisória. § 1º A execução penal da pena privativa de liberdade, no período em que durar a transferência, ficará a cargo do juízo federal competente.

C – ERRADO. A decisão que o admitir já indica o período. Art. 5º São legitimados para requerer o processo de transferência, cujo início se dá com a admissibilidade pelo juiz da origem da necessidade da transferência do preso para estabelecimento penal federal de segurança máxima, a autoridade administrativa, o Ministério Público e o próprio preso. §5º A decisão que admitir o preso no estabelecimento penal federal de segurança máxima indicará o período de permanência.

D – CERTO. As gravações não são meio de prova. Art. 3º Serão incluídos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima aqueles para quem a medida se justifique no interesse da segurança pública ou do próprio preso, condenado ou provisório. § 3º As gravações das visitas não poderão ser utilizadas como meio de prova de infrações penais pretéritas ao ingresso do preso no estabelecimento.

E – ERRADO. A lotação não será ultrapassada. Art. 11. A lotação máxima do estabelecimento penal federal de segurança máxima não será ultrapassada. § 1º O número de presos, sempre que possível, será mantido aquém do limite de vagas, para que delas o juízo federal competente possa dispor em casos emergenciais.

Questão 51

João e Paulo são presos condenados em regime semiaberto. João tem interesse em frequentar curso superior, e Paulo necessita de tratamento médico periódico hospitalar.

Nessa situação hipotética, considerados os requisitos previstos na Lei de Execução Penal, em tese,

- A** ambos os presos têm direito a saída temporária.
- B** ambos os presos têm direito a permissão de saída.
- C** apenas Paulo tem direito a saída temporária.
- D** João tem direito a saída temporária e Paulo, a permissão de saída.
- E** Paulo tem direito a saída temporária e João, a permissão de saída.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. João tem direito a saída temporária e Paulo tem direito a permissão de saída, conforme a Lei n.º 7210/1984.

B – ERRADO. João tem direito a saída temporária e Paulo tem direito a permissão de saída, conforme a Lei n.º 7210/1984.

C – ERRADO. João tem direito a saída temporária e Paulo tem direito a permissão de saída, conforme a Lei n.º 7210/1984.

D – CERTO. João tem direito a saída temporária e Paulo tem direito a permissão de saída. Lei 7210/84 Da Permissão de Saída Art. 120. Os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes fatos: I - falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão; II - necessidade de tratamento médico (parágrafo único do artigo 14). Parágrafo único. A permissão de saída será concedida pelo diretor do estabelecimento onde se encontra o preso. Art. 121. A permanência do preso fora do estabelecimento terá a duração necessária à finalidade da saída. Da Saída Temporária Art. 122. Os condenados que cumprem pena em regime semiaberto poderão obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, nos seguintes casos: I - visita à família; II - frequência a curso supletivo profissionalizante, bem como de instrução do 2º grau ou superior, na Comarca do Juízo da Execução; III - participação em atividades que concorram para o retorno ao convívio social.

E – ERRADO. João tem direito a saída temporária e Paulo tem direito a permissão de saída, conforme a Lei n.º 7210/1984.

Questão 52

Segundo dispõe a Lei n.º 7.210/1984, o preso poderá progredir de regime quando tiver cumprido ao menos 25% da pena, caso seja

- A** reincidente na prática de crime hediondo.
- B** primário e tenha cometido crime com violência à pessoa.
- C** reincidente em crime cometido com grave ameaça.
- D** reincidente em crime cometido sem violência à pessoa.
- E** primário e tenha sido condenado por crime hediondo.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Nesse caso seria necessário 60%. Lei n.º 7210/1984 Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: VII - 60% (sessenta por cento) da pena, se o apenado for reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado;

B – CERTO. Nesse caso a lei prevê 25%. Lei n.º 7.210/1984 Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: III - 25% (vinte e cinco por cento) da pena, se o apenado for primário e o crime tiver sido cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

C – ERRADO. Nesse caso seria necessário 30%. Lei n.º 7.210/1984 Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: IV - 30% (trinta por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido com violência à pessoa ou grave ameaça;

D – ERRADO. Nesse caso já poderia quando cumpriu 20%. Lei n.º 7210/1984 Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: II - 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça;

E – ERRADO. Nesse caso seria necessário 40%. Lei n.º 7210/1984 Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos: V - 40% (quarenta por cento) da pena, se o apenado for condenado pela prática de crime hediondo ou equiparado, se for primário;

Questão 53

Caso um preso participe de movimento para subverter a ordem e a disciplina do estabelecimento prisional, o diretor do estabelecimento, segundo previsto na Lei n.º 7.210/1984, poderá aplicar-lhe a sanção disciplinar de

- A** repreensão.
- B** advertência verbal.
- C** suspensão ou restrição de direitos.
- D** isolamento por até sessenta dias.
- E** inclusão em regime disciplinar diferenciado.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Trata-se de falta grave e neste caso não cabe repreensão. Lei n.º 7210/1984, art. 50.

B – ERRADO. Trata-se de falta grave e neste caso não cabe advertência verbal. Lei n.º 7210/1984, art. 50.

C – CERTO. Trata-se de falta grave e neste caso cabe a sanção de suspensão ou restrição de direitos aplicada pelo diretor. Lei n.º 7.210/1984 – Art. 50 Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; Art. 53. Constituem sanções disciplinares: I - advertência verbal; II - repreensão; III - suspensão ou restrição de direitos (artigo 41, parágrafo único); IV - isolamento na própria cela, ou em local adequado, nos estabelecimentos que possuam alojamento coletivo, observado o disposto no artigo 88 desta Lei. V - inclusão no regime disciplinar diferenciado. Art. 54. As sanções dos incisos I a IV do art. 53 serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento e a do inciso V, por prévio e fundamentado despacho do juiz competente. Art. 57. Na aplicação das sanções disciplinares, levar-se-ão em conta a natureza, os motivos, as circunstâncias e as consequências do fato, bem como a pessoa do faltoso e seu tempo de prisão. Parágrafo único. Nas faltas graves, aplicam-se as sanções previstas nos incisos III a V do art. 53 desta Lei.

D – ERRADO. O isolamento não pode ser superior a 30 dias. Lei n.º 7210/1984 – Art. 58 O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias, ressalvada a hipótese do regime disciplinar diferenciado. Parágrafo único. O isolamento será sempre comunicado ao Juiz da execução.

E – ERRADO. Inclusão em regime disciplinar diferenciado não é aplicável pelo diretor do estabelecimento prisional, só pelo juiz competente. Lei n.º 7210/1984, art. 50.

Questão 54

João, condenado por crime comum, concilia o cumprimento de pena em regime fechado com atividades laborais e com a frequência ao último ano do ensino fundamental.

Nessa situação hipotética,

- A a remição pelo estudo terá acréscimo de um terço caso João conclua o ensino fundamental.
- B caso João fique impossibilitado de laborar, por acidente ou doença, a remição será suspensa até o seu retorno ao trabalho.
- C se João praticar falta disciplinar média ou grave, o juiz revogará até dois terços do tempo remido.
- D haverá remição do tempo de execução da pena de João na proporção de um dia para cada três dias de frequência escolar.
- E a remição do tempo de execução da pena de João dependerá da comprovação de estudo presencial e da frequência diária escolar.

JUSTIFICATIVAS

A – CERTO. Há esse benefício legal. Lei n.º 7210/84 – Art. 126 O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

B – ERRADO. A remição continua ocorrendo em caso de acidente. Lei n.º 7210/84 – Art. 126 O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

C – ERRADO. Ocorrendo falta grave pode revogar até 1/3. Lei n.º 7210/84 – Art. 127 Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, reconhecendo a contagem a partir da data da infração disciplinar.

D – ERRADO. No caso de estudo é 1 dia para cada 12 horas de estudo divididas no mínimo em 3 dias. Lei n.º 7210/84 – Art. 126 O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem de tempo referida no *caput* será feita à razão de: I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

E – ERRADO. Pode ser por ensino a distância. Lei n.º 7210/84 – Art. 126 O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. § 1º A contagem de tempo referida no *caput* será feita à razão de: I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho. § 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

Questão 55

Considerando que um preso cumpra pena em regime fechado e esteja submetido a regime disciplinar diferenciado, assinale a opção correta.

- A Nesse caso, a sanção terá duração máxima de até um ano, sem prejuízo de repetição da medida se praticar nova falta grave de mesma espécie.
- B Se não receber visita nos primeiros seis meses, o preso poderá, após prévio agendamento, ter contato telefônico, gravado, com pessoa da família.
- C O preso tem direito a visitas semanais, com duração de quatro horas no máximo, de até duas pessoas da família ou autorizadas pelo juiz.
- D O preso poderá sair da cela para o banho de sol individual por até duas horas diárias, desde que mantido distanciado dos outros presos, ainda que dividam o mesmo pátio.
- E Haverá fiscalização da correspondência do preso e monitoramento de suas entrevistas, incluídas as mantidas com familiares e defensor, sendo vedado o contato físico com ele.

JUSTIFICATIVAS

A – ERRADO. Pode ter duração máxima de até 2 anos, podendo ser repetida a sanção. Lei n.º 7210/1984 – Art. 52 A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: I - duração máxima de até 2 (dois) anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie;

B – CERTO. Tem direito ao contato telefônico caso não receba visitas por 6 meses. Lei n.º 7210/1984 – Art. 52 A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: § 7º Após os primeiros 6 (seis) meses de regime disciplinar diferenciado, o preso que não receber a visita de que trata o inciso III do *caput* deste artigo poderá, após prévio agendamento, ter contato telefônico, que será gravado, com uma pessoa da família, 2 (duas) vezes por mês e por 10 (dez) minutos.

C – ERRADO. As visitas são quinzenais por 2 horas. Lei n.º 7.210/1984 – Art. 52 A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: III - visitas quinzenais, de 2 (duas) pessoas por vez, a serem realizadas em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, por pessoa da família ou, no caso de terceiro, autorizado judicialmente, com duração de 2 (duas) horas;

D – ERRADO. Pode ter contato com grupos de até 4 presos. Lei n.º 7210/1984 – Art. 52 A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: IV - direito do preso à saída da cela por 2 (duas) horas diárias para banho de sol, em grupos de até 4 (quatro) presos, desde que não haja contato com presos do mesmo grupo criminoso;

E – ERRADO. É vedado monitorar a entrevista com o advogado. Lei n.º 7.210/1984 – Art. 52 A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características: V - entrevistas sempre monitoradas, exceto aquelas com seu defensor, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização judicial em contrário; VI - fiscalização do conteúdo da correspondência; VII - participação em audiências judiciais preferencialmente por videoconferência, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.

Questão 56

É um direito expressamente previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos

- Ⓐ a instituição do júri, com o sigilo de suas votações.
- Ⓑ a inexistência de pena de caráter perpétuo.
- Ⓒ a submissão de preso a tribunal de exceção.
- Ⓓ o direito a não ser preso, detido ou exilado arbitrariamente.
- Ⓔ o recebimento da informação do direito ao silêncio, em caso de prisão.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Não existe previsão de direito nesse sentido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

B - ERRADO. Não existe previsão de direito nesse sentido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

C - ERRADO. Não existe previsão de direito nesse sentido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

D - CERTO. Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Art. 9.º Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado.”.

E - ERRADO. Não existe previsão de direito nesse sentido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Questão 57

Suponha que, no estado de Pernambuco, João, professor de direito processual penal, Pedro, professor de matemática, e Lucas, advogado criminalista, pretendam integrar o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Nessa situação hipotética, conforme os termos da Lei de Execução Penal,

- Ⓐ João, Pedro e Lucas poderão integrar o referido conselho, desde que designados por ato do Ministério da Justiça.
- Ⓑ somente João e Pedro poderão integrar o referido conselho, desde que designados por ato do Ministério da Justiça.
- Ⓒ somente Lucas e João poderão integrar o referido conselho, desde que designados por ato do Ministério da Justiça.
- Ⓓ somente Pedro e Lucas poderão integrar o referido conselho, desde que designados por ato do Ministério da Justiça.
- Ⓔ somente Lucas poderá integrar o referido conselho, desde que designado por ato do Ministério da Justiça.

JUSTIFICATIVAS

A - CERTO. Lei n.º 7.210/1984: “Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.”.

B - ERRADO. Lei n.º 7.210/1984: “Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.”.

C - ERRADO. Lei n.º 7.210/1984: “Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.”.

D - ERRADO. Lei n.º 7.210/1984: “Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.”.

E - ERRADO. Lei n.º 7.210/1984: “Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.”.

Questão 58

Nos termos da Lei de Execução Penal, ao conselho penitenciário incumbe

- Ⓐ entrevistar presos.
- Ⓑ apreciar pedido de indulto feito com base no estado de saúde do preso.
- Ⓒ apresentar relatórios mensais ao juiz da execução.
- Ⓓ visitar mensalmente os estabelecimentos penais.
- Ⓔ inspecionar os estabelecimentos penais.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Lei de Execução Penal: “Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário: I – emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso; II – inspecionar os estabelecimentos e serviços penais; III – apresentar, no 1.º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior; IV – supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.”.

B - ERRADO. Lei de Execução Penal: “Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário: I – emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso;”.

C - ERRADO. Lei de Execução Penal: “Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário: (...) III – apresentar, no 1.º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior;”.

D - ERRADO. Lei de Execução Penal: “Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário: I – emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso; II – inspecionar os estabelecimentos e serviços penais; III – apresentar, no 1.º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior; IV – supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.”.

E - CERTO. Lei de Execução Penal: “Art. 70. Incumbe ao Conselho Penitenciário: (...) II – inspecionar os estabelecimentos e serviços penais;”.

Questão 59

Segundo as Regras Mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas, nos estabelecimentos prisionais para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A** Os partos das reclusas grávidas devem ocorrer em hospital civil, cabendo o custo ao Estado.
- B** Se o parto ocorrer no estabelecimento prisional, este deverá constar como local de nascimento da criança.
- C** Após o parto, a criança filha de reclusa deverá ficar com o pai, se ele não estiver preso, em razão do melhor interesse da criança.
- D** O estabelecimento prisional que acolher criança filha de reclusa deverá dispor de serviço de saúde pediátrico, com triagem médica.
- E** As crianças que estiverem em estabelecimento prisional com a mãe reclusa deverão receber o mesmo tratamento destinado à mãe.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Regras Mínimas da ONU para tratamento de pessoas presas, Regra 28: “Nos estabelecimentos prisionais para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, devem ser tomadas medidas para que o parto tenha lugar num hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento prisional, tal facto não deve constar do respetivo registo de nascimento.”

B - ERRADO. Regras Mínimas da ONU para tratamento de pessoas presas, Regra 28: “Nos estabelecimentos prisionais para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, devem ser tomadas medidas para que o parto tenha lugar num hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento prisional, tal facto não deve constar do respetivo registo de nascimento.”

C - ERRADO. Regras Mínimas da ONU para tratamento de pessoas presas, Regra 29: “1. A decisão que permite à criança ficar com o seu pai ou com a sua mãe no estabelecimento prisional deve ser baseada no melhor interesse da criança.”

D - CERTO. Regras Mínimas da ONU para tratamento de pessoas presas, Regra 29: “1. A decisão que permite à criança ficar com o seu pai ou com a sua mãe no estabelecimento prisional deve ser baseada no melhor interesse da criança. Nos estabelecimentos prisionais que acolhem os filhos de reclusos, devem ser tomadas providências para garantir:

(a) Um infantário interno ou externo, dotado de pessoal qualificado, onde as crianças possam permanecer quando não estejam ao cuidado dos pais;

(b) Serviços de saúde pediátricos, incluindo triagem médica no ingresso e monitoração constante de seu desenvolvimento por especialistas.”

E - ERRADO. Regras Mínimas da ONU para tratamento de pessoas presas, Regra 29:

“1. A decisão que permite à criança ficar com o seu pai ou com a sua mãe no estabelecimento prisional deve ser baseada no melhor interesse da criança. Nos estabelecimentos prisionais que acolhem os filhos de reclusos, devem ser tomadas providências para garantir:

(a) Um infantário interno ou externo, dotado de pessoal qualificado, onde as crianças possam permanecer quando não estejam ao cuidado dos pais;

(b) Serviços de saúde pediátricos, incluindo triagem médica no ingresso e monitoração constante de seu desenvolvimento por especialistas.

2. As crianças que se encontrem nos estabelecimentos prisionais com os pais nunca devem ser tratadas como prisioneiras.”

Questão 60

No Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a diretriz que visa promover e proteger os direitos ambientais como direitos humanos está prevista no eixo orientador

- A** Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil.
- B** Desenvolvimento e Direitos Humanos.
- C** Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades.
- D** Educação e Cultura em Direitos Humanos.
- E** Segurança Pública e Acesso à Justiça.

JUSTIFICATIVAS

A - ERRADO. Conforme justificativa da opção correta.

B - CERTO. Decreto n.º 7.037/2009. “Art.2º O PNDH 3 será implementado de acordo com os seguintes eixos orientadores e suas respectivas diretrizes:

...

II - Eixo Orientador II: Desenvolvimento e Direitos Humanos:

...

c) Diretriz 6: Promover e proteger os direitos ambientais como Direitos Humanos, incluindo as gerações futuras como sujeitos de direitos;”

C - ERRADO. Conforme justificativa da opção correta.

D - ERRADO. Conforme justificativa da opção correta.

E - ERRADO. Conforme justificativa da opção correta.

Espaço livre

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **Folha de Texto Definitivo**, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **25,00 pontos**, dos quais até **1,25 ponto** será atribuído ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

PROVA DISCURSIVA

“Nem por estar à margem da lei, deve o homem ficar à margem da vida.”. Essa frase aponta o real objetivo das prisões, que é o de recuperar e ressocializar os presos. Com o intuito de minimizar os efeitos da privação de liberdade a que os presos são condenados, algumas iniciativas para melhoria desse sistema têm sido criadas e conduzidas por organizações não governamentais e privadas. A religião, a educação, a recreação e o trabalho são alternativas para reeducação do preso e estímulo de valores que a sociedade livre preza.

Fernanda M. Pires e Márcia P. Palassi. **O trabalho prisional sob a ótica dos presos**. XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro-RJ, 25 a 29 de setembro de 2010 (com adaptações).

Considerando que o texto apresentado tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do seguinte tema.

A GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Ao elaborar seu texto, aborde os seguintes aspectos:

- 1 o cumprimento da pena e o caminho para a ressocialização; [valor: 11,75 pontos]
 - 2 o respeito aos direitos humanos dos detentos e dos egressos do sistema prisional. [valor: 12,00 pontos]
-

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	